

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

**HEITOR DA SILVA CAMPOS JÚNIOR**

**A VARIAÇÃO MORFOSSINTÁTICA DO ARTIGO DEFINIDO  
NA CAPITAL CAPIXABA**

VITÓRIA  
2011

HEITOR DA SILVA CAMPOS JÚNIOR

**A VARIAÇÃO MORFOSSINTÁTICA DO ARTIGO DEFINIDO  
NA CAPITAL CAPIXABA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Estudos Linguísticos do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, na área de concentração Estudos Analítico-Descritivos da Linguagem.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lilian Coutinho Yacovenco

VITÓRIA  
2011

---

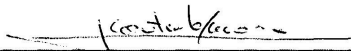
## Heitor da Silva Campos Júnior

*A variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba.*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Linguística.

Aprovado em 15 de fevereiro de 2011.

Comissão Examinadora:



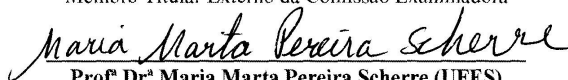
---

**Prof. Dr.ª Lilian Coutinho Yacovenco (Ufes)**  
Orientadora, Presidente da Sessão e da Comissão Examinadora



---

**Prof. Dr.ª Dinah Isensee Callou (UFRJ)**  
Membro Titular Externo da Comissão Examinadora



---

**Prof. Dr.ª Maria Marta Pereira Scherre (UFES)**  
Membro Titular Interno da Comissão Examinadora

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

C198v Campos Júnior, Heitor da Silva, 1985-  
A variação morfossintática do artigo definido na capital  
capixaba / Heitor da Silva Campos Júnior. – 2011.  
110 f. : il.

Orientadora: Lilian Coutinho Yacovenco.  
Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) –  
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências  
Humanas e Naturais.

1. Sociolingüística. 2. Linguagem e línguas - Variação. 3.  
Língua portuguesa - Variação. 4. Língua portuguesa - Artigo. 5.  
Língua portuguesa - Sintaxe. 6. Nomes pessoais. I. Yacovenco,  
Lilian Coutinho. II. Universidade Federal do Espírito Santo.  
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 80

---

À prof.<sup>a</sup> Marta Scherre, por seu legado e por sua generosidade.

## **AGRADECIMENTOS**

À força suprema e onipresente que rege o nosso universo – a quem chamam de Deus, pela generosidade e pelo entusiasmo.

À minha família, pela paciência e colaboração.

À minha mãe, em especial, pela consultoria técnica e pelo auxílio na confecção dos trabalhos.

À prof.<sup>a</sup> Lilian Yacovenco, pelo carinho, pela paciência, pela colaboração e dedicação.

À prof.<sup>a</sup> Marta Scherre, pela inspiração, pelo carinho, pela paciência, pela generosidade e por receber-me em sua vida como a um amigo.

À prof.<sup>a</sup> Dinah Callou, pela generosidade e contribuição.

Aos colegas de curso, que compartilharam comigo aflições e alegrias.

À Astrid e Jucilene, em especial, pelo companheirismo.

À Juliene, pela amizade.

À CAPES, pelo incentivo à pesquisa.

Aos capixabas, que me adotaram generosamente e inspiraram o tema deste trabalho.

“O lingüista que entra no mundo só pode concluir que o ser humano é o herdeiro legítimo da estrutura incrivelmente complexa que nós agora estamos tentando analisar e compreender.”

William Labov

## RESUMO

A finalidade deste estudo foi investigar, à luz da Sociolinguística Variacionista, a variação morfossintática ausência/presença de artigo definido antes de antropônimos e possessivos no Português falado na cidade de Vitória (ES), a fim de delimitar, em última instância, a tendência capixaba para esse aspecto morfossintático, estabelecendo-o como (um) traço de identidade linguística dentro do cenário nacional. Buscou-se entender quais fatores influenciam a alternância entre a presença e a ausência do artigo definido diante antropônimos, em construções como “totalmente diferente *de* Ø *Isabela*”/“tava tendo o casamento *do meu* tio *Nim*”, e possessivos, em enunciados do tipo “mora Ø *minhas* tias... *os meus* tios...”. Tomando como referência os trabalhos de Silva (1982, 1996a, 1996b) e Callou e Silva (1997), foram selecionadas para esta amostra vinte entrevistas realizadas pelo Projeto PORTVIX (Português falado na cidade de Vitória/ES) com 20 falantes capixabas. Os principais resultados obtidos por meio do tratamento estatístico dos dados no Programa VARBRUL foram gerados em duas etapas separadas. Na primeira etapa de testes, que diz respeito aos antropônimos, num conjunto total de 300 ocorrências e um percentual global de uso do artigo definido em torno de 39%, o programa apontou quatro grupos como sendo os mais significativos do ponto de vista estatístico, na seguinte ordem de seleção: *gênero do antropônimo, traços supra-segmentais, faixa etária e gênero do falante*. No que concerne ao contexto dos pronomes possessivos, em um total de 1016 ocorrências e um percentual global de uso do artigo em torno de 33%, o programa selecionou os grupos *ausência/presença e tipo de preposição, tipo do possessivo e outras formas, natureza do possuído, nível de escolaridade e gênero do falante* como os mais significativos. Em linhas gerais, os resultados apontam que, em termos de percentuais globais de uso do artigo, os capixabas da cidade de Vitória (ES) usam menos artigo do que outras regiões do país. Esse percentual foi de 39%, no contexto dos antropônimos, e 33% no contexto de pronomes possessivos, o que alinha a capital do Espírito Santo, no contexto dos antropônimos, com o Rio de Janeiro (43%). Por outro lado, no contexto do possessivo, não há comparação razoável, haja vista que Vitória (ES) está consideravelmente afastada das demais capitais brasileiras inventariadas até o momento: as cidades de Recife e Salvador, que apresentam os menores índices, estão na casa dos 60% contra apenas 33% da capital capixaba. Destarte, a tendência à ausência do artigo definido parece configurar-se como uma marca identitária inconsciente na capital capixaba.

Palavras-chave: Sociolinguística Variacionista, artigo definido, capital capixaba.



## ABSTRACT

The purpose of this study was to investigate in the light of Variationist Sociolinguistics, variation morphosyntactic absence/presence of the definite article before the possessive and anthroponyms Portuguese spoken in the city of Vitória (ES), in order to delimit, ultimately, the tendency capixaba to this morphosyntactic aspect, establishing it as (a) trace of linguistic identity within the national scene. We tried to understand what factors influence the alternation between presence and absence of the definite article before anthroponyms, in constructions like “totalmente diferente de  $\emptyset$  *Isabela*”/“tava tendo o casamento *do meu tio Nim*”, and possessives in statements like “mora  $\emptyset$  *minhas tias... os meus tios...*”. Taking as reference the works of Silva (1982, 1996a, 1996b) and Callou and Silva (1997), were selected for this sample, twenty interviews conducted by the Project PORTVIX (Portuguese spoken in the city of Vitoria/ES) with 20 capixabas speakers. The main results obtained through statistical processing of data in the program VARBRUL were generated in two separate steps. In the first stage of testing, with respect to anthroponyms, a total set of 300 instances and an overall percentage of application of the definite article in about 39%, the program identified four groups as the most significant in terms of probability, in following order of selection: the gender anthroponym, suprasegmental features, age and gender of the speaker. Regarding the context of possessive pronouns, in a total of 1016 events and a percentage of overall use of the article around 33%, the program selected groups of the absence/presence and type of preposition, possessive type and other shapes, nature of the possessed, educational level and gender of the speaker as the most significant. In general, the results indicate that, in terms of percentage of overall application use article, the capixabas of Vitória (ES) use less article than other regions of the country. This percentage was 39% in the context of anthroponyms and 33% in the context of possessive pronouns, which aligns the capital of Espírito Santo, in the context of anthroponyms, with Rio de Janeiro (43%). Moreover, in the context of the possessive, no reasonable comparison, given that it's pretty far removed from other Brazilian cities scheduled so far: the cities of Recife and Salvador, which show the lowest rates are at around 60% versus 33% of the capital of Espírito Santo. Thus the tendency of the absence of the definite article seems to configure itself as a brand identity unaware in the capital of Espírito Santo.

Keywords: Variationist Sociolinguistics, definite article, capixaba capital.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Espírito Santo .....	38
Figura 2 - Vista de Vitória, por Vitor Nogueira .....	39
Figura 3 - Transatlântico no Porto de Vitória, por Vitor Nogueira .....	40
Figura 4 - Modelo cognitivo que ilustra o princípio da especificidade em relação ao uso do artigo definido .....	93
Gráfico 1 - Realização do artigo definido diante de antropônimos de acordo com a origem geográfica (%) .....	75
Gráfico 2 - Realização do artigo definido diante de possessivos de acordo com a origem geográfica (%) .....	76
Gráfico 3 - Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES), de acordo com a faixa etária .....	83
Gráfico 4 - Distribuição por faixa etária e sexo .....	86
Gráfico 5 - Distribuição em Porto Alegre (POA) .....	86
Gráfico 6 - Distribuição em São Paulo (SP) .....	87
Gráfico 7 - Distribuição em Recife/Salvador .....	87
Gráfico 8 - Distribuição no Rio de Janeiro (RJ) .....	87
Quadro 1 - Distribuição social dos informantes que compõem o corpus da pesquisa ....	49
Quadro 2 - Distribuição social dos informantes que compõem o corpus do Projeto PORTVIX .....	50

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Aplicação do artigo nos corpora orais quanto à variável especificidade (somente o pronome meu) .....	31
Tabela 2 - Realização do artigo frente ao possessivo, no corpus oral, quanto à variável número – pronome meu .....	31
Tabela 3 - Aplicação do artigo diante de possessivos, por região geográfica .....	36
Tabela 4 - Realização do artigo diante de antropônimos de acordo com a origem geográfica .....	36
Tabela 5 - Estoque de migrantes em Vitória (ES) por origem .....	42
Tabela 6 - Estoque de migrantes externos em Vitória (ES) por local de nascimento .....	42
Tabela 7 - Realização do artigo definido diante de antropônimos de acordo com a origem geográfica .....	74
Tabela 8 - Realização do artigo definido diante de possessivos de acordo com a origem geográfica .....	76
Tabela 9 - Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES), de acordo com a ausência/presença e tipo de preposição .....	79
Tabela 10 - Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES), de acordo com o gênero do antropônimo .....	80
Tabela 11 - Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES), de acordo com o gênero do falante .....	80
Tabela 12 - Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES): gênero do falante versus gênero do antropônimo .....	81
Tabela 13 - Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES), de acordo com a faixa etária .....	81
Tabela 14 - Atuação da faixa etária sobre o gênero no uso do artigo definido diante de antropônimos: Rio de Janeiro (RJ) versus Vitória (ES) .....	85
Tabela 15 - Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES), de acordo com os traços supra-segmentais .....	89
Tabela 16 - Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES), de acordo com a ausência/presença e tipo de preposição .....	90

Tabela 17 - Aplicação de uso do artigo diante de possessivos de acordo com a presença de preposição .....	91
Tabela 18 - Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES), de acordo com o tipo de pronome possessivo e outras formas .....	91
Tabela 19 - Aplicação de uso do artigo diante de possessivos quanto ao tipo de possuído .....	95
Tabela 20 - Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES), de acordo com a natureza do possuído .....	95
Tabela 21 - Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES), de acordo com o nível de escolaridade .....	96
Tabela 22 - Atuação da escolarização no uso do artigo diante de possessivos .....	96
Tabela 23 - Atuação do nível de escolaridade sobre o gênero no uso do artigo definido diante de possessivos, na cidade de Vitória (ES) .....	96
Tabela 24 - Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES), de acordo com o gênero do falante .....	97
Tabela 25 - Atuação do sexo no uso do artigo diante de possessivos .....	97
Tabela 26 - Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES), de acordo com o tipo de pronome possessivo e outras formas – rodada sem preposições .....	98
Tabela 27 - Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES), de acordo com a natureza do possuído – rodada sem preposições .....	99
Tabela 28 - Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES), de acordo com o nível de escolaridade – rodada sem preposições .....	99
Tabela 29 - Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória/ES, de acordo com os traços supra-segmentais – rodada sem preposições .....	100
Tabela 30 - Realização do artigo no corpus oral quanto à variável ambiente fonológico precedente (pronome meu) .....	101

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1: O ARTIGO DEFINIDO</b> .....	17
1.1 Contexto histórico-funcional .....	17
1.2 Abordagem tradicional .....	19
1.3 Implicações morfossintático-semânticas .....	23
1.4 Estudos variacionistas retrospectivos .....	29
<b>CAPÍTULO 2: A CAPITAL CAPIXABA</b> .....	38
<b>CAPÍTULO 3: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	44
<b>CAPÍTULO 4: METODOLOGIA</b> .....	49
<b>CAPÍTULO 5: DELIMITAÇÃO DAS VARIÁVEIS</b> .....	54
5.1 A variável dependente .....	54
5.2 Variáveis independentes .....	56
5.2.1 Variáveis comuns a antropônimos e possessivos .....	56
5.2.1.1 Ausência/presença e tipo de preposição .....	56
5.2.1.2 Gênero do núcleo do SN/antropônimo .....	58
5.2.1.3 Função Sintática .....	58
5.2.1.4 Natureza do possuído .....	59
5.2.1.5 Status informacional .....	60
5.2.1.6 Traços supra-segmentais .....	61
5.2.1.7 Variáveis externas .....	62
5.2.2 Variáveis exclusivas dos antropônimos .....	63
5.2.2.1 Presença/ausência de modificador .....	63
5.2.2.2 Tipo de antropônimo, domínio partilhado e pessoas do diálogo .....	63
5.2.2.3 Grau de intimidade .....	64

5.2.2.4 Atitude do falante em relação ao referente .....	65
5.2.2.5 Tonicidade da sílaba inicial e extensão do antropônimo .....	66
5.2.3 Variáveis exclusivas dos pronomes possessivos .....	67
5.2.3.1 Tipo de pronome possessivo e outras formas .....	67
5.2.3.2 Número do núcleo do SN .....	67
5.2.3.3 Distribuição no sintagma e relação com o núcleo .....	68
5.2.3.4 Caráter essencial do núcleo .....	69
5.2.3.5 Especificidade do possuído .....	69
5.2.3.6 Dinâmica da definitude .....	70
5.2.3.7 Extensão silábica do possuído .....	72
<b>CAPÍTULO 6: APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	74
6.1 Antropônimos .....	78
6.2 Possessivos .....	90
6.2.1 Rodada com preposições .....	90
6.2.2 Rodada sem preposições .....	98
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	102
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	105

## INTRODUÇÃO

Estudos da Teoria da Variação têm evidenciado cada vez mais que a língua varia no espaço, no tempo e entre os grupos sociais de uma comunidade de fala. Diferentes motivações podem ser identificadas na origem de um fenômeno variável que se organiza em padrões estruturados. Nos últimos anos, a partir do grande empreendimento na pesquisa de dados do uso da língua, vislumbra-se um crescente aumento na compreensão dos fenômenos linguísticos variáveis e dos fatores internos e externos inerentes a eles.

Este trabalho, partindo dessa perspectiva, insere-se no âmbito dos estudos sociolinguísticos de vertente variacionista e visa contribuir para o melhor entendimento de fenômenos linguísticos variáveis, no caso particular desta pesquisa, a alternância entre o emprego ou não do artigo definido diante de nomes próprios de pessoa e pronomes possessivos, como em:

(1) “... na casa *da minha* mãe que tem cachorro...”

(2) “... era as irmã de  $\emptyset$ <sup>1</sup> meu pai...”

(3) “... puxou o cabelo *da Suelen*...”

(4) “... aquele negócio *de Ronaldinho*...”<sup>2</sup>

O artigo, grosso modo, tem recebido, nos compêndios gramaticais (INFANTE, 2001), uma abordagem reducionista, nos quais seu papel morfológico e sintático não o distingue essencialmente dos outros elementos também considerados como *determinantes*, assim como o seu papel semântico não é diferenciado de outros itens gramaticais que com ele compartilham da mesma função dentro da língua. Mesmo entre os gramáticos tradicionais (BECHARA, 2005; CINTRA; CUNHA, 2001; ROCHA LIMA, 2002) não há consenso cabal acerca do emprego do artigo e as orientações quanto ao uso, muitas vezes, soam superficiais e aleatórias. Além disso, tem se constatado que “o uso dos artigos definido e indefinido não se

---

<sup>1</sup> O símbolo ( $\emptyset$ ) é utilizado neste trabalho para chamar a atenção à eventual ausência do artigo definido em estruturas cuja alternância com sua presença é possível e realizável com o mesmo valor de verdade em situações reais de fala.

<sup>2</sup> Dados de fala retirados de entrevistas do Projeto *Português Falado na Cidade de Vitória* (PORTVIX), 2002. Vale mencionar que todos os exemplos utilizados neste trabalho, salvo quando expressamente informado o contrário, foram extraídos de entrevistas do referido Projeto, mais especificamente das 20 que compuseram o *corpus* da análise aqui apresentada.

encaixa na definição de artigo encontrada nas gramáticas” (LIMA, 2006, p. 134).

Por se tratar de um fenômeno variável, diversos trabalhos (AMARAL, 2003; CALLOU; SILVA, 1997; CALLOU *et al.*, 2000; COSTA, 2002; SILVA, 1982, 1996a, 1996b) que tratam do artigo, especialmente a questão de sua ausência/presença diante de possessivos e nomes próprios, vêm estudando esse caso de variação morfossintática ao longo dos anos, entre os quais, se destacam como referência para este trabalho Silva (1982, 1996a, 1996b) e Callou e Silva (1997). Os resultados apresentados nesses estudos são relevantes para esta pesquisa, pois, além de nos permitirem perceber os principais contextos favorecedores e desfavorecedores da presença do artigo diante de pronomes possessivos e nomes próprios, nos fornecem um panorama das tendências desse emprego em diferentes regiões do País.

Pretende-se, em última instância, a partir da abordagem variacionista, situar a fala capixaba no cenário nacional quanto a esse aspecto morfossintático, somando argumentos em favor de um projeto maior, conforme defendido por Yacovenco (2009)<sup>3</sup>: a integração do Espírito Santo à descrição das variedades brasileiras já pesquisadas.

O presente trabalho é desenvolvido em seis capítulos. No primeiro, situa-se a categoria artigo definido na língua portuguesa, contextualizando aspectos histórico-funcionais. Neste mesmo capítulo, são sumarizados os principais aspectos abordados pela gramática tradicional (BECHARA, 2005; CINTRA; CUNHA, 2001) em relação ao conceito e aplicação do artigo definido, especialmente no que atine ao contexto dos possessivos e nomes próprios. Em seguida, na seção *Implicações morfossintático-semânticas*, são problematizadas algumas questões pertinentes à interpretação do uso artigo vigente na literatura sobre o assunto. Por fim, é apresentada uma síntese dos principais trabalhos de cunho variacionista sobre a variação no uso do artigo eleitos neste estudo (CALLOU; SILVA, 1997; SILVA, 1982, 1996a, 1996b).

No capítulo 2, apresenta-se a comunidade de fala perquirida, contextualizando, em termos gerais, seus principais aspectos socioeconômicos. No capítulo 3, são fundamentados os pressupostos teórico-metodológicos que norteiam esta pesquisa. Em seguida, no capítulo 4, são elencados os procedimentos metodológicos adotados no decorrer da pesquisa. No capítulo

---

<sup>3</sup> YACOVENCO, Lilian Coutinho. **Em busca da identidade linguística capixaba**. Comunicação oral apresentada no ABRALIN EM CENA VITÓRIA, 2009.



5, são apresentadas a variável dependente e as variáveis independentes envolvidas no estudo. No capítulo 6, apresentamos os resultados alcançados e as respectivas análises sobre os mesmos.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais se relatam as principais impressões oriundas da análise dos resultados e se conclui, no mesmo espírito que agora é apresentado este estudo, que ele possa refletir a maravilhosa riqueza linguística que emana da variação morfosintática ausência/presença do artigo definido na língua portuguesa.

# CAPÍTULO 1

## O ARTIGO DEFINIDO

### 1.1 Contexto histórico-funcional

É ponto pacífico entre os pesquisadores que o português, de um modo geral, apresenta historicamente um aspecto específico e diverso da maioria das línguas românicas no que diz respeito ao uso do artigo. Segundo Coelho (1949, p. 5),

Se observarmos o artigo de outras línguas neolatinas, veremos nele uma morfologia uniforme e invariável, ao passo que o da língua portuguesa, atribuindo-lhe idêntica origem morfológica, aparece com aspecto singular, e, apreciado nos seus elementos mórficos, constitui uma palavra sem raiz.

O latim clássico não possuía artigo. Segundo Dias (1970), esta classe de palavras aparece apenas nos últimos tempos do latim vulgar e em escritores latinos tardios. Conforme consta na literatura linguística, o nosso artigo definido originou-se do demonstrativo *illu, illa* e sua evolução foi a seguinte:

*illu > elo > lo > o; illa > ela > la > a*  
*illos > elos > los > os; illas > elas > las > as.*  
O *-i-* deu regularmente *-e-*; a consoante dupla *-ll-* simplificou-se. A queda do *e* final resultou de ser o artigo palavra proclítica: *elos campos, ela casa*, donde *los campos, la casa*. Em certos casos, tornava-se o *-l-* intervocálico: *de lo chão, a la pedra, pera los rios*. Nesta posição, êle caía. Surgiram então *o, a, os, as*. Estas formas, que a princípio só apareciam nas circunstâncias mencionadas, depois se generalizaram (DIAS, 1970, p. 295).

Em consonância com Coelho (1949), verifica-se que os gramáticos, grosso modo, caracterizam o artigo definido como a palavra que individualiza o substantivo ou lhe particulariza o sentido. No mais, consideram que cabe ao artigo a função de esclarecer o gênero ou o número do substantivo e reforçar a determinação dos possessivos.

O artigo integra o chamado grupo nominal. De acordo com Baccega (1989, p. 09-11), a

terminologia gramatical usa a palavra *nomes* para designar os vocábulos que designam os seres (substantivos) e seus atributos (adjetivos). Segundo a autora, a relação do artigo com o grupo nominal se configura em três níveis: (1) substantiva o adjetivo sem que seja necessária qualquer modificação quanto à forma; (2) determina o gênero de substantivos comuns de dois gêneros; e (3) individualiza/determina o substantivo. A esse respeito, Silva (2001, p. 23) afirma que

O artigo não era próprio ao latim clássico; no latim corrente do Império Romano se especializou um dos demonstrativos do complexo sistema de demonstrativos latinos, *ille*, na forma do acusativo, como o determinador por excelência dos nomes substantivos, além de marcador básico do gênero.

No âmbito dessa perspectiva diacrônica, alguns autores, como Câmara Júnior (1985, p. 104), argumentam que o artigo continua sendo uma partícula pronominal demonstrativa, uma vez que marca “o caráter definido de uma posição num campo mostrativo ideal, em que participam o falante e o ouvinte”. Assim, o artigo definido resguardaria uma semelhança com o demonstrativo *ille* ao se referir a um indivíduo conhecido, ao menos pelo falante. Segundo Said Ali (1965, p. 123),

A função demonstrativa [do artigo] pode perceber-se ainda em dizeres nos quais, ou pelo contexto, ou por ajuntar-se ao nome algum qualificativo ou frase equivalente, se aponta o ente ou entes de quem se trata. Mas esta função se amorteceu desde que se tornou um costume o antepor, sem grande necessidade, a qualquer substantivo o vocábulo *o*, *a*, tornando-se o seu companheiro quase inseparável. Desde então passou o demonstrativo a ser artigo.

A evolução histórica da categoria artigo configurou-se, de acordo com Tarallo (1990), como um ganho morfológico no latim vulgar. Ele teria surgido na língua falada e depois foi incorporado na escrita. O autor esclarece que

O latim clássico possuía um sistema para a indeterminação e a indefinidade dos substantivos que apareciam, então, formalmente marcados. Por exclusão, os substantivos sem marca formal determinativa poderiam ser interpretados como definidos. No português moderno, entretanto, a fala formal também garante uma leitura, mas a da indefinidade. Nesse sentido, dissemos que a aquisição de artigos pelas línguas românicas constitui uma instanciação de ganhos morfológicos *não-encaixados*, pois a função existia no latim clássico sem ser formalmente marcada: as línguas românicas implementaram assim uma nova forma para retomar uma antiga função (TARALLO, 1990, p. 138).

A partir dessa descrição do advento do artigo definido como uma nova categoria na língua latina que mantém uma antiga função, vislumbra-se a língua em seu constante dinamismo. Alguns autores, como Auerbach (1972), Silva Neto (1979) e Câmara Júnior (1985) defendem que o surgimento do artigo definido está relacionado a questões de ordem linguística e social que incidiram sobre a língua vulgar e a sociedade romanizada. O latim era uma língua flexional, mas na variedade vulgar as terminações foram sendo suprimidas, tornando-se necessário utilizar formas auxiliares, como preposições, artigos e pronomes, a fim de se manter as relações sintático-semânticas.

Silva Neto (1979) acrescenta que o artigo definido emergiu no latim devido à necessidade de expressividade e clareza, provavelmente em função das muitas confusões entre os casos latinos com desinências iguais, como também pela perda de desinências. A esse respeito, Coelho (1949, p. 49), em meados do século XX, já havia apontado que, “de um modo geral, o artigo aclara, esclarece, define o pensamento. Movimenta-o. Amplia-lhe as formas. Multiplica-lhe o sentido”.

Tomando em consideração todos esses aspectos que circunscrevem a história do artigo definido na língua portuguesa, nossos gramáticos empenham-se há tempos na tentativa de postular o estatuto conceitual desta categoria, buscando descrever, nos diferentes contextos linguísticos possíveis, as orientações sobre o seu uso ou sua omissão. Na seção seguinte, um breve panorama da perspectiva tradicional é esboçado, focando-se nos contextos mais dinâmicos dessa alternância: nomes próprios e possessivos.

## **1.2 Abordagem tradicional**

As gramáticas tradicionais (BECHARA, 2005; CINTRA; CUNHA, 2001), de um modo geral, não muito diferente dos compêndios gramaticais (INFANTE, 2001), delimitam que a categoria artigo definido compreende as formas *a(s)* e *o(s)*, antepondo-se a substantivos com função determinadora, para indicar “que se trata de um ser já conhecido do leitor ou ouvinte, seja por ter sido mencionado antes, seja por ter sido objeto de um conhecimento de experiência [...]” (CINTRA; CUNHA, 2001, p. 205), “com reduzido valor semântico

demonstrativo e com função precípua de adjunto desses substantivos” (BECHARA, 2005, p. 153).

Bechara (2005) salienta que as formas supramencionadas constituem a autêntica classe dos artigos na língua portuguesa em oposição aos chamados artigos indefinidos (um, uma), diferindo destes pela origem, tonicidade, comportamento no discurso, valor semântico e papéis gramaticais. Segundo o autor,

Pela origem, porque *o, a, os, as* se prendem a antigo demonstrativo latino (*illum, illa*) – o que lhes garante o valor de demonstrativo atenuado –, enquanto *um, uma, uns, umas* representam emprego especial de generalização do numeral um. Pela tonicidade, porque, sendo um vocábulo eminentemente átono, não pode funcionar sozinho na oração, como o faz o chamado artigo indefinido [...]. Do ponto de vista semântico e conseqüentes resultados nas funções gramaticais, está o primordial valor *atualizador* do artigo, de que decorrem os demais valores contextuais [...] (BECHARA, 2005, p. 153).

Por valores contextuais, Bechara (2005) entende que o artigo definido pode identificar o objeto designado pelo nome a que se relaciona, delimitando-o entre os demais da mesma categoria, como aquele que já foi ou imediatamente será conhecido do ouvinte, seja por meio do discurso que dele faz referência, seja pela dêixis, seja pelo contexto idiomático, quando a palavra se configura como nome de um conceito ou de toda uma classe de objetos, como no emprego da palavra *homem* aludindo à espécie humana.

Em função desse valor *atualizador*, os gramáticos tradicionais advogam que decorre o fato sintático de o artigo ser dispensado quando outro elemento cumprir essa função no sintagma, tornando-se vetado junto a demonstrativos (*este homem/\*o este homem*), desnecessário com possessivos (*meu livro*) e redundante ao lado de nome próprio, naturalmente já atual e individual. A esse respeito, cumpre mencionar que Bechara (2005), fazendo referência a Coseriu (1997), chama a atenção para o fato de que o artigo empregado junto a um elemento quantificado, como em *os dois meninos*, tem função individuadora, e, utilizado diante de um nome próprio, pode exercer função estilística.

No que diz respeito aos valores do artigo, vale ressaltar, ainda, que, dentro da função macro de determinação, o artigo definido, segundo os autores normativistas, exerce os papéis de substantivar qualquer palavra ou expressão que antecede (*o feio*), indicar o gênero (*o dentista/*

*a dentista*) e o número (*o lápis/ os lápis*) do substantivo.

Essas reflexões introdutórias nos fornecem um panorama geral do entendimento do artigo definido na tradição gramatical. Contudo, essas generalizações não contemplam a gama de possibilidades de uso do artigo definido em distintas situações e, nesse sentido, as próprias gramáticas tradicionais cedem espaço a uma descrição mais detalhada do emprego do artigo definido em contextos específicos, mormente os que se referem a nomes próprios e pronomes possessivos.

De acordo com Bechara (2005, p. 154), sendo de largo uso no idioma, o artigo assume sentidos muito especiais em função dos “contornos verbais e extraverbais”. Assim, no que atine ao contexto dos nomes próprios, mais especificamente os antropônimos, por exemplo, o autor considera que será empregado facultativamente quando denotar familiaridade (*o João/ João*), resguardando, contudo, que o uso mais frequente na linguagem culta é omitir o artigo junto a nomes próprios de pessoas, excetuando os que se apresentam no plural. Ele observa, ainda, que faz parte da tradição antepor o artigo a apelidos (*o Camões*) e que, modernamente, tem-se ampliado o uso do artigo diante dos nomes de personagens públicas (*Cristo/ o Cristo*). Cintra e Cunha (2001, p. 223) corroboram essa percepção:

Sendo por definição individualizante, o nome próprio deveria dispensar o artigo. Mas, no curso da história da língua, razões diversas concorreram para que esta norma lógica nem sempre fosse observada e, hoje, há mesmo grande número de nomes próprios que exigem obrigatoriamente o acompanhamento do artigo definido.

Destarte, os referidos gramáticos ainda elencam outros contextos em que o uso artigo diante de nomes próprios é favorecido ou categórico, como no caso de nomes próprios geográficos, principalmente os que denotam países (*a Suécia*), oceanos (*o Atlântico*), rios (*o Amazonas*), montanhas (*os Andes*), ilhas (*a Groelândia*), alguns estados (*o Espírito Santo, a Bahia*) e cidades (*o Recife*), excluindo as denominações geográficas formadas com nomes (*São Paulo*) ou adjetivos (*Belo Horizonte*) (BECHARA, 2005, p. 155; CINTRA; CUNHA, 2001, p. 223). A intenção ao empregar o artigo nesses contextos, de acordo com Cintra e Cunha (2001), seria reforçar a ideia de individualidade, de um todo intimamente unido.

Além desses casos, os autores mencionam que o artigo antepõe-se a alcunhas (*Tiradentes, o inconfidente*), pode aparecer em alguns títulos (*o doutor Eloísio*) e nomes de trabalhos

literários e artísticos (*o Dom Casmurro*), quando os nomes próprios de pessoas vêm precedidos de qualificativo (*o divino Dante*) etc. Cintra e Cunha (2001, p. 223-224) acrescentam que a sintaxe do italiano parece ter influenciado o uso do artigo diante de patronímicos (*o Silva*) e que se pode usar o artigo definido diante de antropônimos quando se deseja atribuir-lhes um sentido depreciativo. Além disso, sugerem que, quando o possessivo vier posposto ao substantivo, normalmente será acompanhado de artigo.

No que atine ao emprego do artigo antes dos possessivos, Cintra e Cunha (2001, p. 214) explicam que é facultativo quando os substantivos que acompanham os possessivos estão claros (*meu amor/ o meu amor*) e nas ocorrências de pronomes possessivos que funcionam como pronomes substantivos (*este lápis é meu/ este lápis é o meu*), ressaltando que, neste caso, a ausência ou presença do artigo definido não tem apenas valor estilístico, mas denota significados distintos<sup>4</sup>, alternando entre a simples idéia de posse e a topicalização do objeto possuído, respectivamente. Em relação a este último caso, Bechara (2005, p. 157) destoa desses autores ao prescrever o uso obrigatório do artigo “quando o possessivo é usado sem substantivo, em sentido próprio ou translato: *Bonita casa era a minha*”.

A presença do artigo definido antes de pronome adjetivo possessivo, de acordo com Cintra e Cunha (2001, p. 215), assim como para Bechara (2005, p. 155-157), é facultativa, sendo menos frequente no português do Brasil do que no de Portugal, onde, salvo os casos supramencionados, ela é praticamente categórica em construções como *a minha irmã, o meu avô, da minha filha* etc. Por outro lado, os autores prescrevem que o artigo é sistematicamente omitido quando o possessivo: é parte integrante de uma fórmula de tratamento (*Sua Excelência*) ou de expressões como *Nossa Senhora*; faz parte de um vocativo (*você está bem, meu filho?*); pertence a certas expressões feitas (*em minha opinião, a seu bel-prazer*) ou vem precedido de um demonstrativo (*esse seu cachorro*). A estes casos, Bechara (2005, p. 157) ainda prescreve a omissão do artigo definido diante de possessivos em expressões com o valor de *alguns* (*O time tem suas dificuldades*) e preferência por sua omissão em expressões que denotam atos usuais (*Às sete toma seu café*).

Vale registrar, também nesse contexto, que Bechara (2005, p. 158) salienta, ainda, que o

---

<sup>4</sup> Cumpre mencionar que no *corpus* (oral) avaliado nesta pesquisa poucas vezes foi possível identificar essa distinção sugerida pelos autores. Naturalmente, os casos assim identificados não compuseram os dados que fizeram parte da análise estatística.

emprego do artigo junto às designações de partes do corpo e nomes de parentesco denota posse, em enunciados como *Passei a mão pelo pescoço*, equivalente a *Passei minha mão por meu pescoço*. Cintra e Cunha (2001, p. 213) corroboram esse entendimento, explicando que, nestes contextos, bem como diante de peças de vestuário (*ele vestiu as calças*), objetos marcadamente pessoais (*ele não empresta a escova de dente*) ou faculdades do espírito (*sua força estava no pensamento*), o uso do artigo é frequente, considerando que ele, na verdade, substitui o próprio possessivo (*suas calças/ sua escova de dente/ seu pensamento*).

### 1.3 Implicações morfossintático-semânticas

O artigo definido tem sido há décadas objeto de interesse de vários estudiosos. Identificando e analisando os diversos aspectos morfossintático-semânticos que circundam o seu emprego, tem se buscado mostrar como o artigo assume e empresta diferentes valores aos enunciados em língua portuguesa, muitas vezes rompendo com os limites previstos na tradição gramatical. Em proporção similar às possibilidades de efeitos oriundos do uso ou omissão do artigo, estão as interpretações presentes na literatura vigente, que refletem as divergências e os consensos entre os pesquisadores.

A maioria dos estudiosos do português arcaico considera o artigo apenas do ponto vista morfológico. Nessa perspectiva, o artigo é entendido como uma categoria gramatical que se junta ao substantivo para formar um grupo nominal, funcionando como determinante do substantivo e indicando o seu gênero e o seu número<sup>5</sup>, o que justifica o fato de alguns estudiosos considerarem o artigo como expressão de uma categoria do nome, isto é, a categoria da determinação, conforme já foi mencionado. Há, nesse sentido, um consenso entre as gramáticas tradicionais de diferentes épocas em definir *artigo definido* como a palavra que antecede o substantivo para determiná-lo.

A esse respeito, Baccega (1989, p. 15) problematiza que “o artigo não é apenas a ‘palavrinha’

---

<sup>5</sup> Vale ressaltar que a menção ao papel do artigo como indicador do número do substantivo diz respeito estritamente, em consonância com Bechara (2005, p. 122-123), às palavras terminadas em sílaba átona (*lápis, pires*) ou monossílabos como *cais*, que não possuem marca de número. A pluralidade dessas estruturas é marcada pelos adjuntos: artigo, adjetivo, pronome ou numeral.



que se coloca diante de uma outra palavra para indicar que se trata de um substantivo explicitamente definido, individualizado”. Segundo a autora,

Evidentemente a função substantivadora do artigo é importante para sua conceituação, embora tal função não lhe seja exclusiva em nossa língua: a língua conhece outros expedientes para substantivar, como em “Errar é humano, perdoar é divino” ou “Recordar é viver”; em que *errar*, *perdoar*, *recordar* e *viver* aparecem substantivados, sem necessidade da explicitação do artigo (BACCEGA, 1989, p. 15).

Um dos pontos de discórdia – talvez o mais eminente – entre os estudiosos da língua diz respeito ao próprio estatuto categorial do artigo, que, para alguns autores como Câmara Júnior (1985), não deve ser independente da classe dos demonstrativos, dado que ele participa de aspectos da natureza do pronome demonstrativo. Isso, conforme apresentado anteriormente, não ocorre ao acaso, pois a relação do artigo definido com o pronome demonstrativo nas línguas românicas é histórica. De acordo com este autor, o artigo é

um adjetivo pronominal que introduz para o nome substantivo, com que concorda, a categoria de “definido”. É uma forma pronominal nova, chamada tradicionalmente “artigo”, que o latim clássico desconhecia, mas se desenvolveu pouco a pouco no latim “vulgar” (CÂMARA JÚNIOR, 1985, p. 97).

Sobre a classificação vocabular em português, ao tratar de alguns problemas de classificação, Duarte (2000, p. 60) esboça que o artigo é uma classe à parte na gramática tradicional. Todavia, verifica-se que os contextos semelhantes e as formas iguais provocam confusão. Macambira (1987, p. 42) ilustra essa questão com os seguintes exemplos:

- 1) Classificados como pronome demonstrativo
  - a. *Não compreendo o que disseste* (= aquilo)
  - b. *O carro de João é bom, mas o de Pedro é melhor.*
- 2) Classificado como artigo definido
  - a. *O carro de João é bom, mas o carro de Pedro é melhor.*
  - b. *O cavalo branco é bravo, mas o negro é manso.*

Como se pode ver nos exemplos (b), os substantivos da segunda oração estão ocultos do mesmo modo, mas em (1b) temos um pronome e em (2b) um artigo. A única diferença estrutural estaria, nestes casos, na presença da preposição em (1b). De acordo com Duarte (2000), Macambira (1987) coloca artigo e pronome na mesma classe devido à distribuição sintática, apresentando a mesma distribuição no sintagma nominal que o pronome e o

numeral, ou seja, pode-se ligar mediata (*meus/dois/os bons amigos*) ou imediatamente (*meus/dois/os amigos bons*) ao substantivo.

Para Carvalho (2000, p. 11),

a confusão entre valores semânticos, gramaticais e sintáticos tem levado alguns gramáticos a análises equivocadas. A possibilidade de haver identidade semântica entre duas expressões não implica necessariamente que haja identidade gramatical ou funcional.

Ele problematiza que alguns autores interpretam como pronome demonstrativo o artigo que determina um adjunto adnominal que assumiu a função de núcleo de um sintagma nominal em caso de elipse, como no seguinte exemplo:

(5) Vejo duas mulheres ali. *A da esquerda* é minha tia.

O autor explica que a expressão *a da esquerda* significa *a mulher da esquerda*, sendo o *a* um artigo definido e não um demonstrativo, ainda que possa ser substituído por *aquela*. Ele argumenta ainda que se este enunciado fosse demonstrativo, o *a* do próximo enunciado também o seria:

(6) Comprei a camisa de duas cores, e ele, *a de bolinhas*.

Carvalho (2000) considera que, neste caso, também há a possibilidade de se dizer *aquela de bolinhas*, mas destaca que também é possível permutar a expressão *a de bolinhas* com *uma de bolinhas*, concluindo que seria absurdo dizer que *uma* é pronome demonstrativo.

No âmbito dessa questão, Baccega (1989) considera que, a despeito da origem no demonstrativo *ille*, o emprego do artigo não se confunde com o pronome demonstrativo no português contemporâneo, mesmo havendo demonstrativos que têm a mesma forma dos artigos definidos. Segundo a autora, os termos *o, a, os, as* serão pronomes demonstrativos nas seguintes situações específicas:

a) quando acompanhados de preposição:

A supernova Shelton 1987 tem um brilho mais intenso que *o de* um bilhão de sóis.

- b) quando acompanhados de oração adjetiva:  
Quase todos os observatórios do hemisfério Sul examinaram o espectro de luz emitido pela supernova, na esperança de descobrir *o que estava acontecendo*.
- c) quando aparecem junto ao verbo ser, como predicativo:  
A festa de posse do novo governador podia ter sido melhor organizada, mas não *o* foi.
- d) quando se refere a toda a oração.  
Durante o lançamento do livro, o autor declamou algumas de suas poesias, *o* que deixou todos emocionados (BACCEGA, 1989, p. 12).

Para finalizar a discussão em torno do estatuto categorial do artigo em oposição aos demonstrativos, cumpre mencionar a perspectiva de Bechara (2005), que se enquadra na linha do raciocínio acima. Ele considera que a possibilidade de omitir um nome já anunciado em um dado contexto discursivo, portanto conhecido e identificado pelo falante e pelo ouvinte, motivou a diferença, na nomenclatura gramatical, entre *o* artigo e *o* pronome demonstrativo, considerando que este último tem o mesmo valor semântico que *isto*, *isso* ou *aquilo*. Segundo o autor,

[...] isto nos leva a acompanhar os autores (Alarcos Llorach, mais recentemente) que vêem como substantivações de orações previamente transpostas a subordinadas adjetivas (“Não sei *o que fazes*”, objeto direto de *não sei*) ou adverbiais (“Gostou *do quando o filho se defendeu*”, complemento relativo de *gostar*).

Esta omissão do antecedente do relativo é análoga à que se dá em subordinadas de *quem* absoluto (“*Quem tudo quer* tudo perde”), e nas interrogativas indiretas (“Não sei *quem virá*”, “Não sei *quando virá*”), já classificadas como de valor substantivo desde Epifânio Dias, no final do século passado e adotado depois, entre outros, por Said Ali e Mário Pereira de Sousa Lima (BECHARA, 2005, p. 154).

Além da questão artigo *versus* demonstrativo, é corrente na literatura gramatical, conforme aponta Baccega (1989), a alusão a outras possibilidades de se produzirem sentidos variados – e, por vezes, contrários ao conceito canônico – que o emprego ou a omissão do artigo definido permite. Nesse sentido, por exemplo, é frequente nas gramáticas a observação (antagônica em sua essência) de que a presença do artigo definido pode ter a função de não definir, não indicar nem particularizar um indivíduo, mas sim abranger uma espécie inteira, como em

(7) *O cão é útil ao homem.*

É recorrente e consensual, também, conforme esboçado na seção anterior, aceitar a diferença

de sentido que o emprego ou a omissão do artigo denota em enunciados como os que se seguem, oscilando de um emprego mais genérico a outro mais específico, respectivamente:

(8) João é amigo de Valter.

(9) João é o amigo de Valter.

A esse respeito, cumpre mencionar Callou *et al.* (2000), que consideram existir um uso genérico e específico do artigo, postulando ser necessário estabelecer um conjunto de restrições discursivas que explicam a sua alternância. As autoras explicam que, sendo os artigos definidos realizações prototípicas da chamada *definitude*, seu uso, grosso modo, indica um conhecimento partilhado acerca dos referentes, por parte dos interlocutores e, por isso, uma de suas funções elementares é distinguir referentes identificáveis e não-identificáveis.

Callou *et al.* (2000, p. 82), fazendo referência a Lambrecht (1994), esclarecem que “a categoria de ‘definitude’ corresponde a um traço formal associado a expressões nominais que sinalizam se o referente da sentença é ou não identificável”. Entretanto, ainda destacam que as categorias cognitivas de “identificabilidade” e a gramatical de “definitude” são imperfeitas e imprecisas na análise de língua, uma vez que não “há uma correlação bi-unívoca entre identificabilidade e não-identificabilidade de um referente e definitude ou indefinitude gramatical do sintagma nominal que designa aquele referente”. Nesse sentido, Callou *et al.* (2000, p. 82) chamam a atenção para o fato de que “uma evidência dessa falta de correspondência pode ser observada no uso do artigo definido diante de possessivos e de nomes próprios, variável de língua para língua”.

Outra nuance de sentido provocada pela ausência do artigo, apontada por Baccaga (1989), refere-se a um distanciamento discursivo intencional (e necessário) que a omissão do artigo favorece diante de nomes próprios. A autora ilustra essa ocorrência com um fragmento textual retirado do jornal *Folha de São Paulo* (26 fev. 1987, p. A-8):

*Marcinkus* – conhecido como o “banqueiro de Deus” – é acusado de participação em fraudes e desfalque de mais de um bilhão de dólares, no escândalo do Banco Ambrosiano, que faliu em 1982.

A omissão do artigo diante do nome próprio *Marcinkus* garante o distanciamento necessário que procura resguardar a dignidade do arcebispo. Diversa seria a decodificação se lêssemos “O *Marcinkus* [...]”. A presença

do artigo, nesse caso, revelaria uma intenção pejorativa, pois indicaria uma aproximação, uma intimidade descabida (BACCEGA, 1989, p. 14).

É comum, ainda, encontrarmos nas diferentes gramáticas, conforme também se fez alusão na seção anterior, referência às interpretações possíveis que o emprego do artigo no plural propicia, sobretudo a generalização de determinados significados, transformando seres em atributos e substantivos concretos em abstratos. Em sintagmas plurais, a ausência do artigo também pode acarretar leituras distintas, mas, normalmente marca incerteza numérica, conforme expôs Said Ali (1965, p. 124):

*Professores* das universidades federais entrarão em greve.

Nesse caso, não sabemos quantos são os professores. Entretanto, mesmo com a incerteza numérica, o artigo ocorrerá quando o substantivo já houver sido mencionado. Assim:

Professores das universidades federais entrarão em greve. *Os professores* reivindicam dignidade salarial e melhoria na qualidade de ensino.

As implicações morfossintático-semânticas do emprego do artigo alcançam, inclusive, a concordância, já que em construções como “É *proibido* entrada”, com a adição do artigo definido, passará a “É *proibida* a entrada”. Segundo Baccega (1989), este fato sintático também estaria relacionado à questão mais ampla da dinâmica do genérico e específico, na medida em que, nesses casos, o enunciado acompanhado do artigo denota sentido determinado, único em oposição ao que não o apresenta.

Ainda no contexto dessa discussão, vale registrar que Baccega (1989) sugere uma relação do uso do artigo com o emprego da marca de número na concordância em português. Assim, ela infere, com base na observação de pesquisas realizadas com dados de fala em São Paulo, que há uma tendência de restringir a marca de plural ao artigo (*os filho*), suprimindo-a do substantivo quando os dois – artigo e substantivo – ocorrem juntos.

Em consonância com o exposto até aqui, verifica-se que a alternância entre o uso ou a omissão do artigo definido constitui um fator dinâmico na construção de diferentes sentidos que são emprestados a determinadas estruturas linguísticas no português, não constituindo mero “efeito decorativo”, conforme havia sinalizado Coelho (1949, p. 83). O fato é que, em detrimento das incisivas críticas que comumente são feitas à tradição gramatical, sobretudo em diversos trabalhos na linguística contemporânea, não se pode deixar de reconhecer, no que

tange ao artigo, que vários gramáticos, como Cintra e Cunha (2001) e Bechara (2005), dedicam significativo espaço à categoria artigo e tentam contemplar, além dos aqui arrolados, uma série de outros casos que norteiam a presença ou ausência do artigo definido em português, contribuindo sobremaneira para um entendimento maior deste fenômeno.

#### 1.4 Estudos variacionistas retrospectivos

Por se tratar de um fenômeno variável, conforme mencionado na introdução deste estudo, diversos trabalhos (AMARAL, 2003; CALLOU; SILVA, 1997; CALLOU *et al.*, 2000; COSTA, 2002; SILVA, 1982, 1996a, 1996b) que tratam do artigo, especialmente a questão de sua ausência/presença diante de possessivos e nomes próprios, vêm estudando esse caso de variação morfossintática ao longo dos anos, entre os quais, se destacam como referência para este trabalho, Silva (1982, 1996a, 1996b) e Callou e Silva (1997).

Silva (1982), desde as suas primeiras análises, verificou que os pronomes possessivos apresentam uma série de fatores que atuam no uso do artigo definido diante deles. Em seu trabalho intitulado *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*<sup>6</sup> (1982), desenvolveu uma investigação da variação do uso do artigo a partir de vários *corpora*, tanto do português de Portugal, em que cotejou textos escritos entre os séculos XV e XX, como do português brasileiro, em que examinou textos escritos entre os séculos XVI e XX, além de um *corpus* alternativo de língua falada. De acordo com Silva (1996a, p. 123-127), as principais conclusões desse trabalho foram:

- 1) Houve um crescimento constante do percentual da frequência de aplicação do artigo em Portugal a partir do século XV, o que não se verificou significativamente no Brasil. Ressalta-se o fato de que o uso do artigo no Brasil no século XX corresponde à frequência deste emprego em Portugal nos séculos XV e XVI.
- 2) Existe uma sutil diferença semântica entre construções como *seu livro* e *o seu*

---

<sup>6</sup> O estudo de Silva (1982) é sobre a variação no emprego de várias formas de possessivos. A alternância entre o uso ou não do artigo definido diante de possessivos, embora componha a maior seção de sua tese, é apenas uma parte da mesma, não constituindo o tema central daquela pesquisa.

*livro*, denotando que o uso do artigo estaria relacionado à questão da especificidade na medida em que os elementos não-especificados favorecem menos o uso do artigo do que aqueles especificados.

- 3) Quando o possuído é claramente específico, o artigo é menos empregado, como nos casos de parentesco. Em Portugal, atualmente, este é o único fator que desfavorece o uso do artigo antes de possessivo.
- 4) A ausência de artigo em vocativos é categórica e bastante significativa em apostos, o que se justifica pelo caráter de alta especificação dessas classes.
- 5) Os possessivos precedidos por preposições com as quais o artigo possa se contrair são utilizados quase categoricamente com o artigo.
- 6) A forma *seu*, quando comparada a *meu* e *nosso*, desfavorece consideravelmente o uso do artigo.

Silva (1996a) constatou que algumas das variáveis levantadas, como a oposição *singular/plural* e *especificado/não-especificado*, não requeriam maiores detalhamentos. Outras, contudo, sugeriram ser necessária uma análise mais acurada em busca de explicações satisfatórias sobre, por exemplo, o funcionamento da variável *parentes versus não-parentes*, que havia apontado significativos resultados regulares ao longo dos séculos tanto em Portugal quanto no Brasil. A autora julgou conveniente observar como se movimentava no discurso a noção de especificidade do falante para o ouvinte.

Nesse ponto, faz-se necessário abrir um parêntese para o fato de que essas colocações de Silva (1996a) não são transparentes em nossa interpretação quando da análise dos resultados em Silva (1982). A menção ao caráter regular da variável *parentes* é clara na medida em que se verifica que esta asserção se pauta nos resultados dos *corpora* escritos. Em contrapartida, não é evidente a razão de se negligenciarem as variáveis *especificidade* e *número*, nesta segunda etapa de estudo, quando os resultados encontrados são os que constam nas TAB. 1 e 2:

TABELA 1  
Aplicação do artigo nos corpora orais quanto à variável *especificidade* (somente o pronome meu)

Fatores		Conjunto não-específico		Conjunto específico	
Corpora	Gênero	Fr.	Pr.	Fr.	Pr.
Universitários	Masculino	15,4	,28	44,1	,72
	Feminino	35,9	,30	54,9	,70
Alfabetizandos	Masculino	22,1	,46	38,4	,54
	Feminino	35,7	,40	55,0	,60

Fonte: SILVA, 1982, p. 298 (adaptada).

TABELA 2  
Realização do artigo frente ao possessivo, no corpus oral, quanto à variável *número* - pronome meu

Fatores		Singular		Plural	
Corpora	Gênero	Fr.	Pr.	Fr.	Pr.
Universitários	Masculino	40,3	,66	17,6	,34
	Feminino	53,3	,52	53,3	,48
Alfabetizandos	Masculino	33,8	,60	31,2	,40
	Feminino	49,9	,65	30,0	,35

Fonte: SILVA, 1982, p. 302 (adaptada).

Uma observação superficial desses resultados nos intriga à medida que parece relevante, em ambas as variáveis em destaque, a oposição estabelecida entre *específico versus não-específico* e *singular versus plural*. No primeiro caso, tem-se, em média, uma diferença no peso relativo em torno de 0,40 entre os universitários de ambos os sexos, atestando uma maior tendência ao uso do artigo por este grupo em conjuntos específicos. Os alfabetizandos, embora em menor proporção de diferença, também apresentam essa tendência de uso. No segundo caso, esse padrão se repete, com os universitários e alfabetizandos se alinhando quanto à preferência pela aplicação do artigo diante de possessivo que acompanha o nome no singular em detrimento dos que se encontram na forma plural.

O que não parece ser relevante naquela amostra, com esses resultados, são os fatores sociais *gênero* e *escolaridade*, haja vista que estes grupos reagem do mesmo modo às variáveis em questão: tanto os homens com ensino universitário quanto os alfabetizandos, resguardadas as



devidas nuances, apresentam a mesma tendência quanto ao uso do artigo diante do possessivo naqueles contextos. O mesmo se aplica às mulheres de ambos os níveis de escolaridade. Em suma, até o presente momento, então, nos escapa o entendimento claro acerca das razões que levaram a autora a julgar desnecessário refinar estas variáveis, sobretudo se levarmos em conta que o referido trabalho utilizou como *corpus* oral para os supracitados resultados apenas 09 falantes (04 de nível universitário e 05 alfabetizando), bem como só foram codificadas as ocorrências com o pronome *meu*. Provavelmente, a própria constância dos resultados tenha sido suficiente para Silva (1996a) chegar àquela conclusão.

Retomando o trabalho de Silva (1996a), entre as variáveis comuns a artigos diante de possessivos e de patronímicos, a autora destacou a variável *status informacional*, pela qual controlou o efeito das categorias *novo (ancorado)* e *não-novo*. Essa variável discursiva mostrou que, tanto em possessivos como em patronímicos, o fato de o personagem ou o possuído ter sido mencionado ou não influi estatisticamente, com a informação nova favorecendo mais o uso de artigo.

A autora considerou, ainda, de um lado, variáveis específicas para os patronímicos, como *personagem de domínio público* e *familiaridade de tratamento*, e, de outro, variáveis próprias dos possessivos, a fim de refinar, por exemplo, o fator *não-parente*. Grosso modo, Silva (1996a) registrou que, em relação às variáveis exclusivas dos patronímicos, há uma relevante correlação entre a realização de artigo e a familiaridade com a entidade mencionada, de modo que quanto maior for o grau de familiaridade do falante em relação ao personagem citado, maior será o uso do artigo, o que corrobora a perspectiva da abordagem tradicional.

No que diz respeito à variável semântica própria dos pronomes possessivos, que categorizou o possuído em conformidade com o seu maior ou menor grau de inerência, Silva (1996a) constatou que quanto maior for o grau de inerência da posse maior será o uso do artigo, sendo que o fator *partes do corpo*, que denota o maior grau de inerência da posse entre os fatores analisados, favoreceu mais significativamente o uso do artigo. Esse resultado destoa da perspectiva tradicional de autores como Bechara (2005), para quem o uso do artigo, nesses contextos, especialmente no que atine às partes do corpo, seria redundante junto ao possessivo: o artigo cumpriria satisfatoriamente a função do possessivo (ver seção 1.2).

Em suma, a autora concluiu que, em termos das variáveis linguísticas que atuam sobre a

realização facultativa do artigo definido diante de possessivos e de nomes próprios de pessoa, de um modo geral,

Foi grande a regularidade das duas regras, mas a do artigo diante do possessivo o foi ainda mais. Por regularidade quer-se dizer que os índices de frequência geral se repetem com pouca dispersão em todos os falantes e que a influência das variáveis, medida em porcentagem, tende a ocorrer no mesmo sentido na maioria dos falantes (SILVA, 1996a, p. 138).

Em trabalho complementar, Silva (1996b) dedicou-se ao estudo das variáveis sociais envolvidas no fenômeno linguístico em questão, que haviam sido pouco abordadas na pesquisa anterior. Em ambos os fenômenos relativos ao uso do artigo, ou seja, tanto diante de possessivo como diante de nome próprio, a autora verificou um forte paralelismo. Por outras palavras, nestes dois fenômenos, o uso do artigo estava relacionado à escolarização, bem como a outras variáveis estratificadas, como idade e sexo. Ela observou, por exemplo, que

Na parte referente a artigo diante de possessivos, viu-se que o cruzamento das variáveis escolarização e sexo não se mostrou significativo. Mas o emprego do artigo diante de patronímicos mostrou diferenças no cruzamento das variáveis sexo e escolarização, já que as mulheres empregam o artigo de modo ligeiramente mais regular à medida que se escolarizam (SILVA, 1996b, p. 276).

Em síntese, a partir da análise dessas variáveis sociais, entre outras não-estratificadas, como a influência da mídia e do mercado ocupacional – que não se mostraram relevantes, Silva (1996b) destacou dois fatos interessantes. Primeiro, a clara e coerente estratificação social desses fenômenos a despeito de não serem estigmatizados nem tão pouco valorizados socialmente. Em segundo lugar, o proeminente paralelismo entre esses dois fenômenos, que já havia sido notado também em relação às variáveis linguísticas, sugere que é o artigo definido e a própria definitude que merecem maior atenção e estudos mais aprofundados.

Callou e Silva (1997) também empreenderam um profícuo estudo do uso do artigo nos contextos específicos de possessivos e nomes próprios. Partindo de trabalhos anteriores, as pesquisadoras tomaram por base dois *corpora*: um de língua escrita, do Brasil e de Portugal, conforme mencionado anteriormente, e outro de língua oral, composto por falantes com curso universitário completo de cinco capitais brasileiras que compuseram o Projeto NURC/Br. Segundo as autoras,

O interesse deste fenômeno variável, não estigmatizado nem valorizado socialmente, prende-se não só a aspectos teóricos sobre definitude, mas também à questão da mudança linguística, razão pela qual se observa a sua evolução através do tempo (CALLOU; SILVA, 1997, p. 12).

Por meio do programa computacional VARBRUL, e também utilizando uma metodologia sociolinguística quantitativa laboviana, Callou e Silva (1997) estabeleceram diversos grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos, como gênero, faixa etária, região de origem do locutor e tipo de entrevista. Os grupos que se revelaram estatisticamente mais significativos em ambos os contextos analisados foram: *presença de preposição, função sintática, tipo de possuído/grau de familiaridade, região de origem e prosódia*.

As autoras observam que a ocorrência de preposições com artigos foi sempre tão marcante que, em pesquisas anteriores, os dados com preposições com as quais o artigo definido pudesse se contrair foram descartadas, já que favoreciam quase categoricamente o uso de artigo diante de pronomes possessivos. Os resultados desse trabalho (CALLOU; SILVA, 1997) corroboram aqueles encontrados anteriormente (CALLOU, 2000; SILVA, 1982, 1996a, 1996b), isto é, a presença de preposição favorece o uso do artigo, uma vez que a sua ausência ocasiona a diminuição do peso relativo, bem como a presença daquelas que admitem contrair-se com o artigo tendem a duplicar o peso relativo, atingindo um efeito com uma grandeza acima de 0,70.

No que diz respeito à relevância da função sintática do sintagma nominal onde se encontra o possessivo, conforme havia sido apontado por Câmara Júnior (1978), Callou e Silva (1997) constataram que o possessivo ocupa preferencialmente a posição de sujeito ou tópico, objeto ou predicativo, de modo que quando o sintagma nominal equivale ao antitópico, o artigo quase não é empregado. Sumarizando, diante de possessivos, verificou-se uma maior frequência de uso do artigo em sintagmas nominais na função de sujeito e uma menor aplicação em sintagmas nominais na posição de objeto. Em relação aos nomes próprios, o uso de artigo é mais frequente em antropônimos com a função de adjunto adverbial e tópico.

Sobre o tipo de possuído, Callou e Silva (1997) chamam a atenção para o fato de que ele constitui o único fator mencionado pelas gramáticas, principalmente as de Portugal, para explicar a ausência de artigo diante de nomes de parentesco. Uma análise mais acurada da variável semântica *parentes versus não-parentes*, conforme esboçado anteriormente no

referido trabalho de Silva (1996a), revelou não ser exatamente o caráter hiper-definido do nome de parentesco o responsável pela restrição do artigo, já que outros tipos de relações humanas também inibiram o seu uso. Destarte, para Callou e Silva (1997, p. 19-20),

A hipótese que está em jogo talvez seja o maior ou menor grau de posse, em ordem crescente de inerência: primeiro, relações humanas, em geral, que, na verdade, nem representam posse – depois, parentes consangüíneos únicos (pai e mãe); parentes consangüíneos, possivelmente, não-únicos mas próximos (filhos, irmãos); parentes não-consangüíneos, teoricamente únicos (marido, mulher); parentes mais longínquos e não únicos (tios, primos); relações únicas (dentista, patrão); relações não-únicas (vizinho, amigo). Também discriminaram-se os não-parentes, seguindo um critério análogo: abstrações únicas ou não (vida, pensamento); objetos não-únicos (livro, caneta); objetos que parecem ser inerentes na nossa cultura (carro, escova de dente); partes do corpo, inerentes em qualquer cultura.

Os resultados encontrados por Callou e Silva (1997), de fato, confirmaram essa hipótese: a inerência da posse atua de tal maneira que todos os tipos de relações humanas, sejam parentes ou não, favorecem menos o uso do artigo do que objetos, concretos ou abstratos, que podem ser verdadeiramente possuídos. O grau de familiaridade, mencionado pelos gramáticos como favorecedor do uso de artigo diante de antropônimos, apresentou-se relevante apenas nos dados do Rio de Janeiro, tanto entre os falantes de escolaridade menor como os de escolaridade maior.

Em relação à região de origem, segundo as autoras, embora não fosse esperada significativa diferença entre as cinco cidades contempladas pelo Projeto NURC, uma vez que, de um modo geral, as discrepâncias mais salientes entre as regiões são de ordem fonética e o fenômeno em questão é de natureza morfossintática, a variável região geográfica surpreendeu, apresentando resultados distintos, mas coerentes, tanto no contexto de possessivo como de nome próprio, conforme se pode verificar nas TAB. 3 e 4:

TABELA 3  
Aplicação do artigo diante de possessivos, por região geográfica

<b>Região</b>	<b>Aplic.</b>	<b>%</b>	<b>P.R</b>
Recife	59/98	60	,35
Salvador	57/87	66	,38
Rio de Janeiro	280/399	70	,54
São Paulo	147/209	70	,50
Porto Alegre	26/33	79	,70

Fonte: CALLOU; SILVA, 1997, p. 21.

TABELA 4  
Realização do artigo diante de antropônimos de acordo com a origem geográfica

	<b>RE</b>	<b>SSA</b>	<b>RJ</b>	<b>SP</b>	<b>POA</b>
<b>Freq.</b>	12/71	10/24	27/85	20/23	50/63
<b>(%)</b>	(17)	(32)	(43)	(87)	(79)
<b>P.R</b>	,20	,30	,52	,88	,81

Fonte: CALLOU; SILVA, 1997, p. 22.

No que atine ao grupo de fatores que controlou as implicações da prosódia sobre o fenômeno em questão, foram testados aspectos como a extensão do pé métrico e o ambiente prosódico. Callou e Silva (1997) verificaram, então, que o artigo, diante de possessivo, ocorre preferencialmente nos pés métricos mais curtos, o que se justificaria em função da preservação do equilíbrio rítmico da sentença. Nesse âmbito, as autoras destacam que

Embora, no início, se tenha tentado verificar se era a posição que o possessivo ocupa no discurso – início de parágrafo ou oração – que condicionaria o uso do artigo, chegou-se à conclusão de que parece ser o ambiente prosódico e não o sintático que determina a sua presença. Quando o possessivo inicia o pé métrico, antepõe-se a ele, com maior frequência, o artigo definido, tendo o possessivo, ao que tudo indica, nesse caso, a função de foco contrastivo, definidor (CALLOU; SILVA, 1997, p. 23).

No contexto dos antropônimos, as autoras observaram, ainda, a tonicidade da sílaba inicial da palavra e sua extensão. Os resultados revelaram uma maior incidência de artigo em vocábulos de até duas sílabas, provavelmente – e como observado em relação aos possessivos – em função da preservação do equilíbrio rítmico do sintagma.

Em relação às outras pesquisas sobre o tema, que foram inventariadas até o momento (ALVES, 2008, AMARAL, 2003; COSTA, 2002; NAZÁRIO, 2007), vale destacar que elas revelam aspectos interessantes que dialogam com os resultados das pesquisas de Silva (1996a, 1996b) e Callou e Silva (1997), ao que parece, pioneiras nos estudos variacionistas acerca do artigo definido no português brasileiro. Contudo, não foram incorporadas às reflexões aqui esboçadas porque as comunidades de fala analisadas e os critérios de quantificação utilizados seguiram padrões diferentes.

## CAPÍTULO 2

### A CAPITAL CAPIXABA

A fundação do Espírito Santo deu-se em 1535. Fundada no século XVI, Vitória é uma das capitais mais antigas do Brasil. A data de emancipação política do município é 24 de fevereiro de 1823<sup>7</sup>. Vitória é um arquipélago composto por 34 ilhas e uma porção continental, que integra uma área geográfica de grande nível de urbanização. Trata-se da chamada Região Metropolitana da Grande Vitória, composta pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão.

Vitória é a capital do Espírito Santo e uma das três ilhas-capitais<sup>8</sup> do Brasil. Está localizada na região sudeste e limita-se, ao norte, com o município da Serra, ao sul, com a cidade de Vila Velha, a leste, com o oceano Atlântico e, a oeste, com o município de Cariacica, conforme ilustra a FIG. 1:



FIGURA 1 - Mapa do Espírito Santo

Fonte: <http://www.guianet.com.br/es/mapaes>.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

<sup>8</sup> As outras são Florianópolis e São Luís.

A cidade é singular por suas belezas naturais, seus grupos culturais tradicionais e seu crescimento notável, sendo um destino turístico em ascensão. Além disso, possui um espaço territorial propício para eventos e negócios, destacando-se a realização de esportes náuticos. Na alta estação, principalmente durante o verão, a paisagem da cidade é alterada com a presença de luxuosos transatlânticos atracados no Porto de Vitória. O terminal está localizado no Centro da cidade.



FIGURA 2 - Vista de Vitória, por Vitor Nogueira  
Fonte: <http://www.vitoria.es.gov.br/turismo>.





FIGURA 3 - Transatlântico no Porto de Vitória, por Vitor Nogueira  
Fonte: <http://www.vitoria.es.gov.br/turismo>.

Segundo dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>9</sup>, em consonância com o censo realizado em 2010, Vitória (ES), com 99 km<sup>2</sup> de área territorial, possui uma população de 325.453 habitantes, dividida entre 152.630 homens e 172.823 mulheres. A taxa de crescimento anual na última década foi de 1,08 % ao ano.

O Espírito Santo vive, hoje, o limiar de um novo ciclo econômico, apoiado em três pilares principais: energia, comércio exterior e agronegócio. O seu PIB *per capita* é o quinto maior do país. Ocupando apenas 0,54% do território brasileiro, o Estado responde por pouco mais de 2,20% do PIB. Atualmente, o Espírito Santo é considerado o Estado brasileiro mais voltado ao comércio exterior.<sup>10</sup>

De acordo com Vescovi e Bonelli (2010), o progresso observado no Espírito Santo durante a última década é notório. O Estado saiu da 8ª para a 4ª posição na economia nacional, entre os Estados da federação com maior renda *per capita*. Reduziu à metade a incidência de pobreza,

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

<sup>10</sup> A GAZETA. O Espírito Santo. 2008, Vitória. Disponível em: <<http://gazetaonline.globo.com>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

como consequência do aumento da renda domiciliar *per capita* e de diminuição da desigualdade. Em 2010, mais da metade dos capixabas já estava inserida na classe média, compondo um mercado consumidor ativo, com acesso a crédito, bens de consumo duráveis e, mais importante, com acesso ao mercado de trabalho em franca expansão. Para os autores,

Em particular, o movimento dos últimos oito anos acelerou a convergência da renda estadual para os patamares dos estados mais desenvolvidos do País, e contribuiu para compensar o desenvolvimento tardio do Espírito Santo desde o processo de colonização do solo brasileiro. Consolidou, assim, uma terceira onda de crescimento, após 100 anos de predominância da monocultura cafeeira, e após a industrialização concentradora dos anos 70 e 80. Para os observadores pouco atentos, este seria mais um ciclo caracterizado pela expansão dos negócios nas áreas dos grandes projetos em cujo rol agora se inclui o petróleo e o gás. Mas, uma observação mais atenta do processo revela que o estado vem conquistando um desenvolvimento institucional que o destaca entre os demais estados da federação e que poderá engendrar conquistas importantes para as gerações subsequentes (VESCOVI; BENOLLI, 2010, p. 09).

A esse respeito, o Jornal A Gazeta (2008) registra ainda que Vitória é a primeira cidade do país na geração de empregos entre as cidades com mais de 30 mil habitantes; está entre as três melhores cidades brasileiras para se trabalhar; é a segunda capital com melhor qualidade de vida; é a capital com maior índice de geração de emprego entre jovens; e é a primeira cidade no país – e a nona na América Latina – em agilidade na abertura de empresas.

Segundo Oliveira (2010), o fato de o Espírito Santo estar entre os estados que mais se desenvolvem no Brasil deve-se à sua economia diversificada, que é baseada nas atividades portuárias, na indústria de rochas ornamentais, na produção de celulose, na siderurgia e mineração e na exploração de petróleo e gás natural, além da agricultura, com destaque ao plantio de café e fruticultura. O autor acrescenta, ainda, que

Sua localização estratégica, no litoral do Sudeste brasileiro, próxima aos grandes centros de produção e de consumo do país, promove novos investimentos voltados tanto para o comércio internacional quanto para o mercado interno. O Estado capixaba conta também com o maior complexo portuário da América Latina e uma boa malha rododiferroviária, o que favorece a entrada e o escoamento de matérias-primas e produtos. [...] o Espírito Santo figura como o segundo maior produtor de petróleo do Brasil, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2010, p. 226-227).

Todo esse contexto de progresso e prosperidade tem atraído pessoas de diferentes regiões do próprio Estado, do Brasil e do exterior, sobretudo nas duas últimas décadas, conforme ilustra

a TAB. 5:

TABELA 5  
Estoque de migrantes em Vitória (ES) por origem

Ano	Local de origem	Número de pessoas
1991	Municípios do Espírito Santo	67.125
	Outros estados e países estrangeiros	58.419
	<b>TOTAL</b>	<b>125.543</b>
2000	Municípios do Espírito Santo	65.833
	Outros estados e países estrangeiros	66.575
	<b>TOTAL</b>	<b>132.407</b>

Fonte: IBGE, 1991/2000<sup>11</sup>.

Vale mencionar que a população total da capital capixaba no ano de 2000 era de 292.304 habitantes. Isso significa que quase 40% da população da população é composta por migrantes e imigrantes. Esse cotejo fica mais interessante quando observamos o número desses migrantes externos, isto é, sem considerar os de origem capixaba, conforme o local de nascimento.

TABELA 6  
Estoque de migrantes externos em Vitória (ES) por local de nascimento

Ano	Local de origem	Número de pessoas
2000	Minas Gerais	29.095
	Rio de Janeiro	12.383
	Bahia	10.460
	São Paulo	4.340
	Demais estados	8.820
	Países estrangeiros	1.477
	<b>TOTAL</b>	<b>66.575</b>

Fonte: IBGE, 2000.

<sup>11</sup> Até a conclusão deste trabalho, o IBGE não havia disponibilizado esses dados referentes ao censo realizado em 2010. A nossa expectativa é que esses números sejam ainda maiores atualmente.

Conforme se pode verificar, a incursão maior de migrantes externos em Vitória (ES) é de pessoas oriundas dos estados limítrofes do Espírito Santo, com destaque para os mineiros. Em função dessa invasão e de algumas sutis diferenças culturais, é comum se ouvir em Vitória (ES), por parte dos capixabas, que os mineiros são muito invasivos. Em contrapartida, muitos dos mineiros consideram que o capixaba da capital é muito fechado, ou seja, não muito receptivo.

## CAPÍTULO 3

### FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em termos gerais, diz-se que a vertente Sociolinguística da teoria mais geral da linguagem trata da relação entre língua e sociedade. Contudo, nas três últimas décadas, em consonância com Camacho (2008), o interesse crescente pelo estudo da linguagem em uso no contexto social favoreceu o surgimento de diferentes enfoques sobre uma grande variedade de assuntos que se denominam integrantes da teoria Sociolinguística. Nesse sentido, torna-se necessário delimitar que este estudo trabalha com o arcabouço teórico da área denominada Sociolinguística Variacionista, também conhecida como Teoria da Variação e da Mudança Linguística, nos termos de Weinreich, Labov e Herzog (2006)<sup>12</sup>.

É preciso salientar que, nesse enfoque, a contribuição de forças internas, estruturais, para a efetiva difusão das mudanças linguísticas não pode ser considerada sem levar em conta as influências externas, já que uma abordagem que considera apenas as pressões estruturais dificilmente será inteiramente satisfatória. Assim, parte-se do pressuposto de que “nem todas as mudanças são altamente estruturadas e nenhuma mudança acontece num vácuo social. Até mesmo a mudança em cadeia mais sistemática ocorre num tempo e num lugar específicos, o que exige uma explicação” (LABOV, 2008, p. 20).

O estudo da linguagem no contexto social é tão importante para a solução de problemas próprios da teoria da linguagem, que a relação entre língua e sociedade é vista como inerente, não secundária. Tendo em vista que a linguagem é um fenômeno eminentemente social, considera-se indispensável, nesse enquadre teórico, recorrer às variações derivadas do contexto social para encontrar respostas para os problemas que emergem da variação natural do sistema linguístico.

A Sociolinguística Variacionista firmou-se nos Estados Unidos na década de 60 sob a

---

<sup>12</sup> A versão original deste ensaio data de 1975 sob o título *Empirical foundations for a theory of language change* e foi publicado pela *University of Texas Press*.

liderança do linguista William Labov, apresentando uma metodologia bem definida “que fornece ao pesquisador ferramentas para estabelecer variáveis, para coleta e codificação de dados, bem como instrumentos computacionais para definir e analisar o fenômeno variável que se quer estudar” (CEZÁRIO; VOTRE, 2008, p. 142-143). Assim, a perspectiva variacionista fundamenta-se em pressupostos teóricos que permitem visualizar a regularidade e sistematicidade no aparente caos da comunicação cotidiana, demonstrando, por exemplo, como uma variante se implementa na língua ou é suprimida.

No que diz respeito à relação entre a estrutura linguística e a social, a abordagem sociolinguística em questão procura correlacionar as variações existentes na expressão verbal aos indícios de natureza social que denotariam as diferenças. A variação social, por sua vez, relaciona-se a um conjunto de fatores que estão conectados à identidade dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade de fala. Assim, entende-se que não se pode compreender a mudança linguística desvinculada da vida social da comunidade. Nesse sentido, Labov (2008, p. 150) esclarece que

A comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso. De igual modo, por meio de observações do comportamento linguístico, é possível fazer estudos detalhados da estrutura de estratificação de classe numa dada comunidade.

A Sociolinguística de vertente variacionista, portanto, entende que a variação é inerente ao sistema linguístico e que a noção de heterogeneidade é compatível com a noção de sistema. Desse modo, tem-se a dissociação entre estrutura linguística e homogeneidade, já que a existência da variação constitui um fato ordenado. Isso implica que, na Teoria da Variação, conforme postulado por Labov (2008),

[...] assume-se a postura de que a variação não é aleatória, mas sim governada por restrições lingüísticas e não lingüísticas. Admite-se, então, que os fenômenos lingüísticos variáveis, aqueles expressos por duas ou mais variantes, apresentam tendências regulares passíveis de serem descritas e explicadas por restrições de natureza lingüística e não lingüística (SCHERRE, 1996, p. 39-40).

Scherre (1996) esclarece que cabe ao pesquisador, então, a tarefa de definir a variável

dependente, levantar hipóteses que abarquem as tendências sistemáticas da variação linguística, operacionalizar as hipóteses através de grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos, levantar e codificar dados empíricos considerados relevantes, submetê-los ao tratamento quantitativo e, sobretudo, interpretar os resultados numéricos à luz das hipóteses inventariadas.

Em síntese, Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 125-126) resumem que, grosso modo, os preceitos centrais sobre a natureza da mudança linguística, que são considerados nesta corrente linguística, são:

1. A mudança linguística não deve ser considerada aleatória. Ela começa quando a generalização de uma alternância particular num dado subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada.
2. O domínio do falante nativo sobre a língua inclui o controle de estruturas heterogêneas. A estrutura linguística inclui a distinção ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade.
3. Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança, mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade.
4. A generalização da mudança linguística não é uniforme nem instantânea.
5. As gramáticas em que ocorre a mudança linguística são gramáticas da comunidade de fala.
6. A mudança linguística é transmitida dentro da comunidade como um todo.
7. Fatores linguísticos e sociais estão intimamente relacionados no desenvolvimento da mudança linguística.

Assim, este trabalho, tomando como referência o arcabouço teórico supramencionado, insere-se no âmbito dos estudos sociolinguísticos de vertente variacionista e visa contribuir para o melhor entendimento de fenômenos linguísticos variáveis que podem suscitar controvérsias entre os estudiosos da língua, no caso particular desta pesquisa, a alternância entre o emprego ou não de artigo definido diante de antropônimos e pronomes possessivos.

O interesse primeiro pela adoção do artigo como objeto de estudo, antecedido apenas pelo desejo de se “fazer” Sociolinguística Variacionista, foi motivado pelo conhecimento de que

“O artigo é uma conquista do linguajar do povo. Foi o prestígio popular que impôs aos latinófilos aceitá-lo como legítimo facto da língua, e investigar-lhe as origens morfológicas e sintáticas” (COELHO, 1949, p. 42).

O uso do artigo definido diante de possessivo na língua portuguesa tem sido estudado já há algumas décadas com resultados de pesquisas que demonstram que o português brasileiro se desenvolveu de modo diferente do português europeu, uma vez que no Brasil emprega-se menos artigo diante de possessivo que em Portugal. Os resultados de diferentes trabalhos em âmbito nacional, como mencionado anteriormente, têm demonstrado também variação na frequência desse uso do artigo diante de possessivos e nomes próprios em diferentes regiões do Brasil. Esses resultados instigaram o desejo de verificar se esse emprego se realiza de modo diferente na variedade linguística capixaba em relação às variedades linguísticas de outras comunidades brasileiras.

A identidade linguística do capixaba, de acordo com Yacovenco (2009), não é fenômeno sobre o qual se tenha grande conhecimento. Pode-se afirmar, inclusive, que traços característicos dessa identidade não são imediatamente perceptíveis para quem entra no Espírito Santo pela Grande Vitória, nem mesmo para os próprios capixabas. Nesse sentido, alguns trabalhos e projetos têm sido empreendidos no sentido de traçar a identidade linguística capixaba, aos quais este pretende se somar colaborando para o conhecimento de alguns aspectos morfossintáticos regionais e, num espectro mais amplo, contribuir com uma base de dados maior, isto é, integrar o conjunto de pesquisas de cunho sociolinguístico da comunidade de fala brasileira.

Adotando alguns procedimentos já testados por Silva (1982, 1996a, 1996b) e Callou e Silva (1997), entre outros, por meio da seleção de variáveis linguísticas, tais como *presença de preposição, função sintática, status informacional e familiaridade de tratamento*, entre outras, e variáveis sociais, tais como *escolaridade, faixa etária e sexo*, o presente estudo busca identificar quais fatores são mais significativos para a configuração da variável dependente *presença/ausência de artigo definido diante de nomes próprios e pronomes possessivos*. Nesse aspecto, Mollica (2008, p. 11) explica que “Uma variável é concebida como dependente no sentido que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural”.



Silva (1996b), em síntese, relata que existe um paralelismo bastante visível no uso do artigo tanto diante de nomes próprios como de possessivos. Em ambos, constatou-se que o artigo está diretamente correlacionado à escolarização, bem como as variáveis idade e sexo influem. Uma das conclusões mais proeminentes a que a autora chegou foi o referido paralelismo, que parece indicar que é o artigo definido e a própria *definitude* que devem ser estudados com mais rigor.

A categoria artigo, conforme foi sumarizada no capítulo 1 deste estudo, é uma inovação do latim vulgar, consequência de mudanças sócio-linguísticas, como as simplificações no sistema morfológico latino, a debilidade das desinências finais átonas e a tendência à concretização que emergiu no seio do povo romanizado.

Coelho (1949, p. 48) refuta a ideia de alguns autores antigos que consideravam o artigo “vazio de sentido”, advogando que “O artigo contribui poderosamente para a clareza de expressão, tornando as palavras precisas e vivazes, dá ele calor à frase, veste-a de realidade”.

Por fim, o que se evidencia e, concomitantemente, pretende-se vislumbrar como resultado desta pesquisa, é que a variação no uso do artigo definido antes de possessivos e antropônimos, isto é, sua presença ou ausência, não é aleatória. Ao contrário do aparente caos que circunda este fenômeno, algumas restrições de ordem linguística e social podem ser apontadas e lançam luzes sobre os complexos padrões abstratos de variação dessa estrutura morfossintática.

## CAPÍTULO 4

### METODOLOGIA

Empreender um estudo variacionista significa entender a língua em uso por uma comunidade de fala, levando em consideração os contextos sócio-discursivos que cercam o fenômeno linguístico investigado. Nesse sentido, o presente estudo elegeu, para esta etapa, vinte entrevistas realizadas no ano de 2002 pelo Projeto *Português falado na cidade de Vitória* (PORTVIX) com 20 informantes capixabas, nascidos e residentes na cidade de Vitória (ES), com a seguinte configuração social:

QUADRO 1  
Distribuição social dos informantes que compõem o *corpus* da pesquisa

Idade	07-14		15-25		26-49		50-...		
	H	M	H	M	H	M	H	M	
<b>Quantidade de informantes por célula social</b>									
Ensino fundamental	1	1	1	1	1	1	1	1	= 08
Ensino médio	-	-	1	1	1	1	1	1	= 06
Ensino universitário	-	-	1	1	1	1	1	1	= 06
<b>Número total de informantes = 20</b>									

O Projeto PORTVIX, de acordo com Yacovenco (2002), foi implementado em março de 2000 para suprir uma lacuna nos estudos linguísticos empreendidos na capital capixaba: a cidade de Vitória (ES), fundada há mais de 450 anos, não possuía pesquisas sistemáticas de cunho sociolinguístico, o que se justificava, em certa medida, pela ausência de um banco dados fundamentado em uma metodologia laboviana. A autora esclarece que este Projeto

[...] tenciona contribuir para a ampliação do rol de banco de dados sociolinguísticos existentes no Brasil, e, também, para uma modificação na postura dos professores de língua portuguesa no município, uma vez que se pretende revelar as diversas normas linguísticas existentes na cidade (YACOVENCO, 2002, p. 102).

Nessa perspectiva, o referido Projeto, utilizando o aparato teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, constitui-se em um banco de dados sociolinguísticos, que contempla os hábitos da comunidade de fala em tela e sua relação com as demais comunidades do entorno sob a ótica do falante. O Projeto, atualmente, conta com um acervo de 46 entrevistas, com no mínimo dois falantes por célula social, conforme ilustra o QUADRO 2:

QUADRO 2  
Distribuição social dos informantes que compõem o *corpus* do Projeto PORTVIX

Idade	07-14		15-25		26-49		50-...		
	H	M	H	M	H	M	H	M	
<b>Quantidade de informantes por célula social</b>									
Ensino fundamental	4	4	2	2	2	2	2	2	= 20
Ensino médio	-	-	3	3	2	2	2	2	= 14
Ensino universitário	-	-	2	2	2	2	2	2	= 12
<b>Número total de informantes = 46</b>									

A seleção dos informantes, vale enfatizar, seguiu o critério fundamental de serem naturais de Vitória (ES) e, preferencialmente, como relata Yacovenco (2002, p. 109), filhos de pais também capixabas. Assim, a amostra do Projeto foi rigorosamente controlada com o intuito de se resguardar que os dados coletados, quando da análise das relações entre as variáveis linguísticas e sociais, refletissem a legítima fala capixaba da capital.

Utilizando, então, o referido Projeto como *corpus* para codificação e análise dos dados, a finalidade deste estudo foi investigar, à luz da Sociolinguística Variacionista, a variação sintática ausência/presença de artigo definido antes de possessivos e antropônimos no Português falado na cidade de Vitória (ES), a fim de delimitar, em última instância, a tendência capixaba para esse aspecto morfossintático, estabelecendo-o como (um) traço de identidade linguística dentro do cenário nacional em comparação a outras tendências registradas em pesquisas realizadas em diferentes regiões do País. Os objetivos específicos traçados foram:

- a) propor uma sistematização sobre as restrições do uso do artigo diante de nomes próprios de pessoa e possessivos no português falado do Brasil;
- b) fornecer elementos de avaliação das propriedades morfossintático-semânticas e discursivas do artigo definido.
- c) discutir a variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba.

Algumas hipóteses mais gerais também foram delineadas no início da pesquisa, a saber:

- a) O uso do artigo definido diante de pronomes possessivos e antropônimos pode se configurar como um traço de identidade linguística capixaba em comparação a outros estados do País.
- b) Os casos em que os artigos são precedidos por preposição com a qual podem contrair-se, no contexto de antropônimos, não são de uso categórico na comunidade capixaba.
- c) O percentual de uso do artigo na cidade de Vitória (ES) deverá ser menor do que de outras cidades de colonização posterior, como Porto Alegre, já que se acredita que quanto mais antiga for a colonização, menor será a ocorrência de uso do artigo (CALLOU; SILVA, 1997).

Com o intuito de satisfazer os objetivos previamente postulados, validar as hipóteses traçadas e, sobretudo, captar, com efeito, o vernáculo em uso na comunidade capixaba, seguiram-se amplamente as orientações labovianas acerca da metodologia de coleta e tratamento de dados. Assim, o primeiro passo foi o levantamento da literatura pertinente, tanto no tocante ao quadro teórico da Teoria da Variação e Mudança como no que diz respeito a estudos anteriores sobre o fenômeno em análise. O segundo passo foi a realização de uma entrevista em dezembro de 2009, realizada em dois contatos com um jovem casal, na faixa etária entre 15 e 25 anos, com nível médio de escolaridade, que atendem a todos os critérios supramencionados do Projeto PORTVIX, estritamente a título de experiência<sup>13</sup>. Todo esse procedimento permitiu ao pesquisador inserir-se com mais segurança na comunidade de fala e conhecê-la melhor, favorecendo uma análise com mais propriedade das entrevistas já realizadas e que compõem, conforme já dito, o *corpus* desta pesquisa.

---

<sup>13</sup> Esta entrevista não foi utilizada para a codificação dos dados que integram as análises neste trabalho.

A etapa seguinte da pesquisa foi a codificação das ocorrências do fenômeno pesquisado, ou seja, a alternância entre o uso e a ausência de artigo definido diante de nomes próprios e pronomes possessivos. Conforme já foi sugerido, este estágio da pesquisa, naturalmente foi precedido da pesquisa bibliográfica, reflexão e análise prévia dos dados, para posterior estabelecimento dos grupos de fatores que poderiam dar conta – ou ao menos sinalizar – das restrições que interagem no emprego do artigo nos contextos específicos dos antropônimos e possessivos. De acordo com Labov (2008, p. 236), a elicitación formal de paradigmas e o exame dos julgamentos intuitivos “têm de ser dominados por qualquer um que deseje empreender uma análise linguística significativa”.

Destarte, partindo dos dados coletados segundo as estratégias e técnicas até aqui expostas, foi possível dar tratamento estatístico aos mesmos. A realização de análises quantitativas é imprescindível em qualquer pesquisa que se oriente pela Sociolinguística Variacionista, porque

[...] possibilita o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador apreender sua sistematicidade, seu encaixamento lingüístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística. A variação linguística, entendida como alternância entre dois ou mais elementos lingüísticos, por sua própria natureza, não pode ser adequadamente descrita e analisada em termos categóricos ou estritamente qualitativos (GUY; ZILLES, 2007, p. 73).

Estudiosos da área, a esse respeito, chamam a atenção para o fato de que o programa estatístico é apenas um recurso para a manipulação dos dados e que os números não falam por si: “o progresso da ciência lingüística não está nos números em si, mas no que a análise dos números pode trazer para nosso entendimento das línguas humanas” (NARO, 2008, p. 25).

Yacovenco (2002, p. 107) corrobora nesse sentido, explicando que

A pesquisa lingüística baseia-se em dados controlados, que refletem a sistematicidade da estrutura lingüística e evita a análise de casos isolados, e se fundamenta, também, na quantificação dos dados, que decorre do pressuposto de que o uso de determinada forma lingüística reflete diferentes atualizações das regras variáveis.

Em suma, a análise qualitativa e quantitativa do fenômeno variável em questão se orientou pela operacionalização das hipóteses levantadas e, por conseguinte, pelos grupos de fatores lingüísticos e extralingüísticos considerados. Por outras palavras, os grupos de fatores

linguísticos e extralinguísticos definidos nos permitiram buscar explicações para a diferença entre a presença e a ausência do artigo perquirida nos contextos mencionados. Os resultados encontrados, bem como a análise dos dados, compõem os próximos capítulos.

## CAPÍTULO 5

### DELIMITAÇÃO DAS VARIÁVEIS

A partir da descrição formal sobre o artigo definido existente na literatura sobre o assunto, surgiu a necessidade de se controlarem os contextos antropônimos e pronomes possessivos separadamente, já que, a despeito do forte paralelismo que parece atuar sobre ambos, cada um apresenta peculiaridades que só poderão ser contempladas satisfatoriamente com o controle de grupos de fatores específicos. Para ambos, vale reiterar, a variável dependente é a variação morfossintática ausência/presença de artigo definido.

#### 5.1 A variável dependente

A leitura da literatura vigente acerca do tema aqui tratado mostra que não há, entre os gramáticos de língua portuguesa, um consenso em relação ao estabelecimento de regras para o uso/não uso do artigo definido diante de possessivos e nomes próprios. Conforme esboça Alves (2008, p. 22), o próprio conceito de artigo “é algo que intriga os estudiosos da linguagem, principalmente no que concerne às dicotomias determinação/indeterminação, definitude/indefinitude”. Nessa perspectiva, Kato (1974), citando Perlmutter (1970), destaca que a oposição que existe e que é relevante é entre a ausência e a presença de artigo definido.

No âmbito dessa problemática, emergem vários questionamentos: o que justifica/motiva a presença ou ausência de artigo definido diante de nomes próprios e de pronomes possessivos? Quais variáveis linguísticas e sociais estão em jogo? Em que medida as definições e restrições postuladas pelas gramáticas tradicionais contemplam a real função do artigo em situações concretas de uso da língua? Quais são as implicações discursivo-pragmáticas das escolhas morfossintáticas?

Questões de outra ordem ainda se colocam. De acordo com a divisão dialetal proposta por

Nascentes (1953), baseada na realização de vogais médias pretônicas, o Espírito Santo comporia, juntamente com o Rio de Janeiro e com parte do leste de Minas Gérias, o subfalar fluminense. Callou e Silva (1997) registram a frequência de 70% de aplicação de artigo diante de possessivos e 43% de realização do artigo diante de antropônimos para o Rio de Janeiro. Segundo a classificação de Nascentes (1953), os capixabas deveriam estar em simetria linguística com os cariocas. Essa hipótese procede em relação ao aspecto morfossintático aqui suscitado?

Neves (2000, p. 391) destaca que a presença do artigo definido é determinada pela intenção do falante bem como pela maneira como o usuário da língua pretende comunicar uma dada experiência. Para a autora “o uso do artigo é, pois, extremamente dependente do conjunto de circunstâncias, lingüísticas ou não, que cercam a produção do enunciado”. Partindo desse pressuposto, poderíamos supor, como Silva (1996a), que a presença ou não do artigo parece estar relacionada a questões do discurso e a fatores de ordem semântica?

Todas essas questões motivaram a delimitação do fenômeno linguístico variável a ser perquirido, ou seja, a variável dependente ausência/presença do artigo definido diante de antropônimos e pronomes possessivos em enunciados como:

(10) “... o livro de Ø *Harry Potter* e o filme também...”

(11) “... tem a *Iara* e o *Luís César*... eles são irmãos...”

(12) “... só porque Ø *minha* tia perdeu o celular...”

(13) “... já sei como é *a sua* vida todinha...”

Em consonância com Naro e Scherre (2008, p. 148), “tendo em vista o pressuposto teórico de que a variação linguística não é aleatória, é fundamental identificar conjuntos de circunstâncias linguísticas e sociais (restrições) que tendem a favorecer o uso de uma ou outra variante [...]”. Essas restrições são denominadas variáveis independentes ou grupos de fatores e são o tema da próxima seção.



## **5.2 Variáveis independentes**

Os grupos de fatores, conforme esclarecem Naro e Scherre (2008, p. 148), “são uma forma de operacionalizar hipóteses a respeito do funcionamento dos fenômenos lingüísticos variáveis, que podem ou não estar ligadas a modelos lingüísticos claramente estabelecidos”. Nesse sentido, com o intuito de contemplar maximamente os fatores que poderiam, em algum aspecto, dar conta da variável dependente em análise, nesta fase incipiente da pesquisa, foram estabelecidas 18 variáveis independentes para controlar o contexto de antropônimos, e 19 grupos de fatores no contexto de possessivos.

A adoção dessa considerável quantidade de grupo de fatores justifica-se pelo desejo de ampliar o escopo pertinente ao universo desta pesquisa. Afinal, acredita-se que, “para fazer uma generalização razoável, é necessário considerar todas as observações relevantes, não só um subconjunto selecionado de forma enviesada” (GUY; ZILLES, 2007, p. 81). A sobreposição de fatores e uma eventual falta de ortogonalidade<sup>14</sup> no estágio inicial da pesquisa foram esperadas e controladas. De qualquer forma, os primeiros resultados permaneceram relevantes na medida em que forneceram subsídio para o refinamento das variáveis em fase ulterior e propiciaram o estabelecimento de um conjunto coeso e confiável de resultados que, de fato, podem indicar quais fatores favorecem ou desfavorecem a variável dependente em questão.

### **5.2.1 Variáveis comuns a antropônimos e possessivos**

#### **5.2.1.1 Ausência/presença e tipo de preposição**

A despeito de a tradição gramatical, de um modo geral, não indicar a ausência/presença da preposição como uma restrição ao uso ou não do artigo definido em quaisquer contextos, e

---

<sup>14</sup> De acordo com Guy e Zilles (2007, p. 52), “[...] os grupos de fatores devem ser ‘ortogonais’, ou quase ‘ortogonais’. Isto é, eles devem co-ocorrer livremente, e não ser sub- ou supercategorias uns dos outros.”

muitos estudiosos apontarem que o uso do artigo é quase categórico junto a preposições com as quais ele possa se contrair, chegando a descartar os dados com preposição na análise quantitativa, pareceu pertinente controlar este grupo de fatores, considerando não só a ausência/presença de preposição precedendo o artigo definido (explícito ou zero) no contexto de antropônimos e possessivos, como também o tipo de preposição (*a, com, de, em, por, para, sobre*). Tomamos essa posição em virtude da hipótese intuitiva de que, na comunidade de fala capixaba em análise, o uso do artigo definido junto a preposições com as quais possa se contrair não seria categórico, sendo frequente o emprego de construções como as ilustradas em (14) e (15):

(14) “... não posso passar perto de Ø *Tiago*...”

(15) “... eu vou dormir na casa de Ø *minha* amiga...”

Em relação às demais preposições, cumpre mencionar que não foram contabilizadas as ocorrências dos possessivos acompanhados por substantivos do gênero feminino precedidos pelas preposições *para* e *a*, pela razão prática de não ser possível distinguir na fala a presença ou ausência do artigo (feminino) nesses itens. Salvo esses casos, foram consideradas as demais ocorrências com preposições:

(16) “... então eu sempre me impus:: *aos meus* alunos...”

(17) “... eu tava torcendo *pro André*...”

(18) “... vou com Ø *Rodrigo*...”

(19) “... fui com *a minha* colega...”

(20) “... eu não votei *no Fernando Henrique*...”

(21) “... se eu der um tapa *no meu* filho...”

(22) “... eles entraram *pela minha* casa...”

(23) “... eu falava sobre Ø *Picasso*...”

(24) “... não reter a vara sobre Ø *nossos* filhos...”

### 5.2.1.2 Gênero do núcleo do SN/antropônimo

As pesquisas brasileiras de cunho variacionista acerca da variação do uso do artigo definido, inventariadas até o momento, não controlaram o gênero do núcleo do sintagma onde ocorrem os pronomes possessivos, nem qual é o gênero dos antropônimos. Inicialmente, nossa única intuição sobre o efeito que o gênero do nome poderia provocar nessas circunstâncias na comunidade de fala capixaba seria o fato de que, em nossa percepção impressionística, a omissão do artigo parece ser maior diante de nomes femininos:

(25) “... eu e Ø *Vanessa* compramo uma agenda igualzinha...”

(26) “... eu acho que *o meu pai* e Ø *mamãe* nunca precisou de bater...”

### 5.2.1.3 Função Sintática

Estudos sobre o fenômeno variável em questão (CALLOU; SILVA, 1997; CALLOU *et al.*, 2000; SILVA, 1982, 1996a, 1996b) têm demonstrado que a função sintática exercida pelo sintagma em que se encontra o antropônimo ou o pronome possessivo deve ser levada em consideração. Callou e Silva (1997), por exemplo, descrevem que a função sintática mostrou-se atuante em seus dados, ocupando o possessivo preferencialmente a posição de sujeito ou tópico, objeto ou predicativo. Os antropônimos, grosso modo, seguiram a mesma linha, com uma sutil diferença de terem ocorrido um pouco mais em sintagmas adverbiais.

Cumpramos mencionar que, além das funções sintáticas consideradas tradicionalmente pelas gramáticas, em consonância com Callou e Silva (1997), foram controlados também os sintagmas nominais que se encontram em posição de tópico, uma vez que, de acordo com Pontes (1987, p. 12), “quando se começa a observar a língua coloquial espontânea do uso diário, fica-se surpreso com a quantidade de vezes em que ocorrem construções de tópico”. Na verdade, a incorporação dessa função foi necessária para não deixarmos de codificar uma quantidade significativa de ocorrências que não poderiam receber outra denominação na nomenclatura gramatical. É o caso de enunciados como o que se segue:

(27) “... Ø *Lula*... eu acho um grande adversário como sempre acho que vai pro segundo turno aí como sempre batalhando... mas acho que... ele não tá preparado pra ser presidente do Brasil entendeu?”

A grande motivação para o controle deste grupo foi verificar, em consonância com Callou e Silva (1997), se aquelas funções sintáticas que são categoricamente precedidas por preposição, como os casos de genitivo e objeto indireto, favoreceriam o uso do artigo na mesma proporção que as preposições com as quais o artigo pode se contrair condicionam de um modo geral. Por outras palavras, tratava-se de avaliar se estas variáveis eram de fato independentes e de que maneira elas poderiam contribuir para o melhor entendimento da variação sintática do artigo definido nos contextos estudados, já que, caso a variável sintática fosse considerada relevante na análise, como o foi em Silva (1997, p. 19), as funções eleitas pelo programa serviriam de subsídio em busca de novas interpretações e indícios, dadas as peculiaridades que cada arranjo sintático sugere.

O fato é que, com esta amostra, não foi possível avançar nestas questões. O grupo *função sintática* não foi selecionado pelo programa em nenhum dos contextos.

#### 5.2.1.4 Natureza do possuído

Callou e Silva (1997) sugerem que, ao contrário do que supõem as gramáticas, o caráter “hiper-definido” do nome de parentesco (28) não seria necessariamente o responsável pela inibição do artigo, já que, segundo as autoras, quaisquer outros tipos de relações humanas (29) também o inibem. Nesse sentido, as autoras aventaram a hipótese, que nos pareceu bastante pertinente, de que o que estaria em jogo é o maior ou menor grau de inerência da posse. Assim, seguindo (intuitivamente) os mesmos critérios esboçados por Callou e Silva (1997, p. 19-20), foi controlada a *natureza do possuído*, distinguindo relações de parentesco (30), demais relações humanas (31) e referentes não-humanos, o que inclui objetos ou animais (32).

(28) “... quando Ø *minha* irmã era pequena...”

(29) “... e muita gente assim... até Ø *meus* amigos...”

(30) “... então tinha... Ø tio *Antônio*...”

(31) “... o tal do *Cléber* era zagueiro...”

(32) “... tem o Tim que nasceu agora...” (referindo-se ao animal de estimação)

Esses três fatores, embora não tenham sido controlados por Callou e Silva (1997) no contexto dos antropônimos, foram levados em consideração nesta pesquisa para testar se eles se comportam de forma semelhante em relação ao contexto dos possessivos, o que mais uma vez corroboraria a tese do paralelismo existente entre esses dois contextos de variação. Na verdade, as autoras consideraram que, para os antropônimos, o grupo que elas denominaram *grau de familiaridade* seria equivalente a este. A nosso ver, estes grupos mensuram aspectos distintos: o grau de inerência da posse não representa, necessariamente, uma relação direta com o grau de intimidade do falante em relação ao referente. Nesse sentido, optamos por controlar separadamente essas variáveis.

Em relação ao contexto dos possessivos, especificamente, seguindo ainda a proposta das supracitadas autoras, refinamos o fator não-humano, diferenciando objetos inerentes (33) de objetos não-inerentes (34), abstrações únicas (35) de abstrações não-únicas (36), bem como codificamos separadamente o fator *partes do corpo* (37), como grupo de controle, uma vez que denotam essencial e indiscutivelmente posse inerente em qualquer cultura.

(33) “... na *minha* casa a gente tá economizando...”

(34) “... o cara entrou dentro do *meu* ônibus...”

(35) “... tomara que vem dia quatro... dia do *meu* aniversário...”

(36) “... tenho  $\emptyset$  *minha* liberdade de diálogo...”

(37) “... pra ver o que tinha acontecido com o *meu* dedo...”

### 5.2.1.5 Status informacional

Para Said Ali (1965), em consonância com o discurso da tradição gramatical, a presença do artigo junto a substantivos tem por finalidade principal lembrar ao interlocutor a quem nos referimos ou que aquilo de que falamos é do seu conhecimento, quer estejamos nos referindo a objetos, coisas ou pessoas. Assim, seguindo os passos de Silva (1996a, p. 129), foram

considerados os conceitos de *novo* e *não-novo*, a fim de controlar apenas se a informação ou pessoa referida já havia sido evocada ou não no diálogo, mesmo que implicitamente. Em ambos os contextos, a autora verificou uma tendência levemente maior ao uso do artigo quando se trata de uma informação nova (SILVA, 1996a, p. 134).

(38) “... eu torço *pro Domini*...”

(39) “... é:: Ø *minha* mãe sempre fala...”

No exemplo (38), o falante, um rapaz na faixa etária entre 15 e 25 anos, do ensino fundamental, havia sido questionado pela entrevistadora sobre a sua preferência entre os participantes de um programa de televisão, tendo o referente sido mencionado pela primeira vez em todo o diálogo. Em contrapartida, o mesmo falante, após uma série de comentários sobre a sua relação com a mãe, profere o enunciado (39), o que interpretamos como referente não-novo.

### 5.2.1.6 Traços supra-segmentais

De acordo com Callou e Silva (1997, p. 22), “a pausa e/ou curva entonacional possível ou obrigatória antes de possessivo indicava, regularmente, em trabalhos anteriores, uma constante inibição do artigo em início de período [...]”. Desse modo, decidimos controlar o ambiente prosódico por meio de três grupos de fatores, uma vez que também nos dados codificados aqui parece haver considerável variação nesse campo. Desses três, o grupo comum a ambos os contextos, de antropônimos e possessivos, é o denominado *traços supra-segmentais*. Scarpa (1999, p. 08) define traços supra-segmentais como o “conjunto de fenômenos fônicos que se localiza além ou ‘acima’ (hierarquicamente) da representação segmental linear dos fonemas”. A autora esclarece que este termo tem sido empregado por alguns linguistas modernos como sinônimo de prosódia, mas que, de um modo geral, o termo prosódia tem sido preferido, visto que se considera que os fatos fônicos segmentais e os prosódicos não são independentes.

Dubois (2001, p. 285), por seu turno, corrobora esta última proposição explicando que a

prosódia é a parte da fonologia que “estuda os traços supra-segmentais, isto é, os elementos fônicos que acompanham a realização de dois ou mais fonemas e que têm, igualmente, uma função distintiva: o acento, o tom, a entoação”. Com isso, queremos apenas esclarecer que o termo *supra-segmentais* foi utilizado para designar, neste grupo, alguns traços que, entre outros que serão mencionados nas próximas seções, igualmente integram aspectos do ambiente prosódico num prospecto geral.

Feita essa ressalva, cumpre esclarecer, enfim, que nos interessou verificar por este grupo se o fato de o possessivo ou antropônimo ser produzido após uma pausa silenciosa (40), uma pausa preenchida (41), uma entoação enfática (42) ou no interior de uma sequência contínua (43), implicaria alguma restrição ao emprego do artigo, conforme ilustram os seguintes exemplos:

(40) “... aí puxou... Ø *meu* pai é cruzeirense...”

(41) “... ela dá/ *a Ana* desce... fica no portão...”

(42) “... NOSSA! Ø *minha* vó contava direto...”

(43) “... montou em cima das costas *do Edmundo*...”

### 5.2.1.7 Variáveis externas

Os fatores extralinguísticos ou não estruturais são de natureza externa à estrutura linguística, mas igualmente importantes nos estudos linguísticos, afinal, no enquadre teórico em que se insere este estudo, entende-se que “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo” (LABOV, 2008, p. 21). No conjunto de variáveis externas à língua, reúnem-se os fatores inerentes ao indivíduo (gênero/idade), os propriamente sociais, como escolarização, nível de renda, profissão, classe social e redes sociais, e os contextuais, como grau de inerência da posse e grau de intimidade.

Destarte, neste estudo, foram consideradas, em ambos os contextos (antropônimos e possessivos), as categorias sociais mais abrangentes e recorrentes nos estudos variacionistas,

isto é, gênero, faixa etária e escolarização. A princípio, outras variáveis sociais não foram cogitadas por entendermos que o fenômeno em análise não constitui estigma social no português brasileiro.

## **5.2.2 Variáveis exclusivas dos antropônimos**

### **5.2.2.1 Presença/ausência de modificador**

Segundo Câmara Júnior (1985), entre outros estudiosos, o emprego do artigo junto a antropônimos está condicionado à presença de um adjetivo, embora julgue que a língua coloquial, de um modo geral, utilize artigo nesse contexto independentemente da existência de um atributo, conforme esboçado no capítulo 1 deste trabalho. Assim, com o objetivo de verificar a validade dessa intuição, consideramos na codificação não só os adjetivos prototípicos, mas também qualquer palavra ou expressão que, de algum modo, conferisse uma característica peculiar ao referente, distinguindo-o dos demais da mesma categoria, como em (44), oposto a enunciados como o (45):

(44) “... eu tava conversando aqui... eu/ eu e o *professor Raimundo*...”

(45) “... a gente tem que matar Ø *Felipão*...”

### **5.2.2.2 Tipo de antropônimo, domínio partilhado e pessoas do diálogo**

Em consonância com Silva (1996a), a seleção destas variáveis está fundamentada na hipótese de que as ocorrências de nomes próprios que se referem a pessoas muito conhecidas, tanto do falante como do ouvinte, inibiriam a necessidade de definição e, por conseguinte, desfavoreceriam o uso do artigo definido. Nesse sentido, considerou-se, além da distinção elementar entre personagens de domínio público (46) e nomes de batismo (47), se o referente era conhecido (48) ou não (49) por pelo menos um dos ouvintes participantes da entrevista. A



fim de refinar a variável *tipo de antropônimo*, também se considerou a forma do nome, distinguindo dos nomes estritamente de batismo, apelidos/abreviações (50) e patronímicos (sobrenome de família).

(46) “... eu não aguento mais nem *o Faustão*...”

(47) “... *o* meu irmão *Tia::go* acho que nem bem tinha nascido ainda...”

(48) “... só que *o Edmundo* deu show...” (referindo-se ao jogador)

(49) “... a vizinha né? *a dona Inês::*” (pessoa não conhecida dos interlocutores)

(50) “... a gente perguntamos se ele conhecia o tio/ Ø tio *Zé*...”

Vale destacar, ainda, que foi controlado se os nomes mencionados eram das próprias pessoas presentes na entrevista ou de terceiros apenas referidos, a fim de verificar, em última instância, se haveria alguma restrição quanto ao uso do artigo diante de antropônimos em relação ao fato de a pessoa referida estar presente (51) ou não (52) no momento da fala, já que uma das conclusões dos primeiros estudos de Silva (1996a, p. 140) foi que “as pessoas do diálogo, presentes com certo grau de proximidade, mesmo que momentânea e acidentalmente, fomentam o artigo em relação à terceira pessoa, mais distante”.

(51) “... mas ultimamente Ø *Vando* fez um::...” (pessoa presente no diálogo)

(52) “... teve o caso *da Simony* né?” (pessoa referida, não presente no diálogo)

### 5.2.2.3 Grau de intimidade

A tradição aponta como relevante o grau de intimidade do falante em relação ao referente no condicionamento da realização do artigo. Alguns estudiosos, como Said Ali (1965), consideram que, na linguagem da intimidade e na modalidade falada da língua, de um modo geral, antepõe-se com frequência o artigo a nomes de pessoas conhecidas com quem conversamos. Esta variável, na verdade, intercambia com a variável *natureza do antropônimo*, como se pode deduzir. De qualquer modo, tendo em vista o desejo de verificar a cabo o efeito do fator *intimidade* no condicionamento do uso do artigo definido diante de antropônimos, e considerando que o grau de parentesco não reflete bi-univocamente o nível de intimidade

entre o falante e o seu referente, pareceu necessário distinguir estes grupos e mensurar independentemente a *natureza do antropônimo*, conforme esboçado anteriormente, e o maior (53) ou menor (54) grau de intimidade, inclusive quando o falante se mostra indiferente. Todos esses julgamentos, vale destacar, são embasados em pistas contextuais e discursivas do diálogo.

(53) “... *a Camila* ela tá no basquete...”

(54) “... minha professora dava música de Ø *Chico Buarque*...”

No exemplo (53), em que o antropônimo nomeia a filha da informante, com a qual convive diariamente, configurando-se como uma pessoa de sua intimidade, foi codificado como um caso de *maior intimidade*. O enunciado (54), por outro lado, como é fácil de deduzir, refere-se a um personagem público, não íntimo da falante, isto é, apenas conhecido, o que interpretamos, naturalmente, como um caso de *menor intimidade*.

#### **5.2.2.4 Atitude do falante em relação ao referente**

A análise de uma entrevista realizada em dezembro de 2009 – a mencionada no capítulo 4 – com um jovem casal na faixa etária entre 15 e 25 anos, com nível de ensino médio, nos sugeriu um aspecto em relação ao comportamento do falante no uso do artigo definido diante de antropônimos que, embora já tivesse sido observado conceitualmente em Baccega (1989), conforme relatado no capítulo 1, ainda não tinha entretido, na prática, a nossa atenção: a questão do distanciamento intencional e/ou afetivo decorrente da aplicação do artigo definido em alguns contextos específicos.

Naquela entrevista, foi observado que, sistematicamente, quando o falante do gênero masculino se referia ao nome do irmão mais velho (55), com o qual não mantinha uma relação de maior empatia, empregava o artigo. Por outro lado, quando se referia ao irmão com o qual dividia o quarto e revelou manter uma convivência agradável e positiva (56), não utilizava o artigo.

(55) “... porque o *Thomas* já é mais/ já é mais... mais na dele assim...

(56) “... eu e *Ø Tales* assim... a gente divide...”

Sendo assim, com base em pistas contextuais, optamos por controlar esta variável que distingue uma eventual atitude mais positiva do falante sobre o referente, isto é, de maior proximidade/afetividade ou empatia, de uma atitude mais negativa ou menos positiva, não necessariamente hostilizada, mas que denote um maior distanciamento discursivo ou afetivo. As noções de afetividade e intimidade parecem ser intrínsecas em nossa cultura, o que inviabilizaria a manutenção deste grupo dada a existência da variável *grau de intimidade*. Contudo, decidimos manter essas duas variáveis separadamente, já que os critérios de descrição e classificação dos fatores são de naturezas distintas.

Se pensarmos no enunciado (55), por exemplo, caso fizesse parte dos dados codificados para análise nesta pesquisa, seria classificado, no grupo *grau de intimidade*, como sendo de *maior intimidade* do falante, pois se trata do seu irmão com o qual convive na mesma casa; quanto à variável *atitude do falante*, seria marcado como *negativa*, pois o falante manifesta um maior distanciamento afetivo. Nessa mesma linha de raciocínio, em (56), codificaríamos respectivamente, como sendo um caso de *maior intimidade* e *maior proximidade afetiva* (relação positiva). Por outras palavras, intimidade não é sinônimo de empatia.

### **5.2.2.5 Tonicidade da sílaba inicial e extensão do antropônimo**

De acordo com Callou e Silva (1997), o controle da tonicidade da sílaba inicial e a extensão do antropônimo indicam que parece haver uma explicação de base prosódica para o uso do artigo. As autoras constataram que, nos dados analisados, há uma preferência pelo uso do artigo em vocábulos de até duas sílabas, o que permitiria supor a hipótese de que o uso do artigo estaria relacionado a um aumento da massa fônica, por mecanismo compensatório, em função da manutenção da harmonia rítmica do sintagma. Essas hipóteses pareceram minimamente interessantes e foram controladas nesta pesquisa.

### 5.2.3 Variáveis exclusivas dos pronomes possessivos

#### 5.2.3.1 Tipo de pronome possessivo e outras formas

Silva (1996a) mostra que, na comparação entre as formas *meu* (57), *nosso* (58) e *seu* (59/60), a forma *seu* (amalgamadas as segunda e terceira pessoas) inibe consideravelmente o uso do artigo. Embora essa constatação tenha sido oriunda de *corpora* escritos, pareceu relevante controlar não só as diferentes formas do pronome possessivo, distinguindo inclusive as pessoas do discurso relacionadas, como também controlar formas alternativas que denotam posse, como *dele(s)/dela(s)* (62), *da gente* (63) e as expressões reduplicadas *mamãe/papai* (64/65), que foram consideradas equivalentes a *minha mãe/meu pai*.

- (57) “... ela mora no *meu* prédio...” (possessivo de 1ª pessoa do singular)
- (58) “... eu acho que *o nosso* sistema...” (possessivo de 1ª pessoa do plural)
- (59) “... mais Ø *sua* mãe já ligou pra cá...” (possessivo de 2ª pessoa do singular)<sup>15</sup>
- (60) “... ela... tem Ø *seu* serviço...” (possessivo de 3ª pessoa do singular)
- (61) “... vai fazendo parte *da sua* cultura...” (possessivo de 3ª pessoa do plural)<sup>16</sup>
- (62) “... minha tia até tinha *o quadro dela*...”
- (63) “... agora eles pega na mão *da gente*...” (equivalente semanticamente a *nossa*)
- (64) “... té brinquei assim com Ø *mamãe*...”
- (65) “... eu fiquei na arquibancada e Ø *papai* ia comprar camarote...”

#### 5.2.3.2 Número do núcleo do SN

A distinção entre sintagmas no plural e no singular foi motivada pelos resultados encontrados em Silva (1982), onde a autora constatou que os artigos definidos também ocorrem menos

<sup>15</sup> O sistema pronominal de 2ª pessoa da comunidade de Vitória (ES) não contempla a forma *teu* e seus derivados, conforme nossa observação impressionística e como ratifica o trabalho de Calmon (2010).

<sup>16</sup> O falante se referia à cultura dos japoneses, a qual estava descrevendo.

diante de possessivos no plural. Para ela, essa tendência estaria relacionada à questão da especificidade, à medida que se considera que, no plural (66), todos os elementos do conjunto são focalizados, não havendo necessidade de outra especificação. Por outro lado, no singular (67), o sentido é mais genérico, pois se focaliza apenas um elemento sem que se saiba qual deles em uma dada categoria. Esses argumentos nos pareceram contundentes e a nossa expectativa era que esses resultados se confirmassem em nossos dados. Assim, todas essas questões permearam a análise dos dados e, para tanto, foi controlado o número do núcleo do sintagma em que o possessivo ocorre.

(66) “... no meu caso eu ainda moro com  $\emptyset$  *meus* pais...”

(67) “... ela interrompeu né *a nossa* oração...”

### 5.2.3.3 Distribuição no sintagma e relação com o núcleo

Duarte (2000) considera que o artigo tem a mesma distribuição no sintagma que o pronome e o numeral, podendo vir junto ao substantivo de modo direto (*imediato*) ou indireto (*mediato*). Interessou-nos, então, por estes grupos de fatores, entender se a posição do pronome (*antesposto/posposto*) no sintagma e a relação com o núcleo influenciam o emprego do artigo definido, já que alguns autores, conforme esboça Baccega (1989, p. 47), consideram que “não se emprega artigo quando o pronome possessivo estiver posposto ao substantivo, manifestando sentido indeterminado, vago, impreciso” – o que o enunciado (71) contradiz. A título de ilustração, temos a seguir um exemplo para cada um desses casos, respectivamente:

(68) “... eu era igual  $\emptyset$  *meu irmão* lá em casa...”

(69) “...  $\emptyset$  *meu primeiro arroz* saiu tudo preto...”

(70) “... você tem que amar *o seu* país...”

(71) “... eu não sei se é por causa *da natureza minha*...”<sup>17</sup>

Em algumas ocorrências não foi possível aplicar essas classificações, para as quais

<sup>17</sup> Embora não seja muito comum ouvirmos construções desse tipo, nesta amostra, foram codificadas 19 ocorrências (*professor nosso, condução nossa, colegas meu* etc.).

designamos o fator *não se aplica* (“/”). Os dados que se enquadram nessa questão são os casos da forma reduplicada (72), em que não existe formalmente o possessivo para se distinguir a posição e a relação do mesmo no sintagma, e a forma *dele* (73) e seus derivados, em relação à distribuição, dado que ocorrem categoricamente pospostos ao núcleo.

(72) “... eu era a queridinha do *papai*...”

(73) “... é Ø esposa *dele*...”

#### 5.2.3.4 Caráter essencial do núcleo

Roca-Pons (1976, *apud* BACCEGA, 1989) considera que o caráter existencial (mais concreto) seria próprio da presença do artigo e a ausência dele implicaria o caráter essencial (mais abstrato). Essa aceção também é corrente na tradição gramatical portuguesa, conforme se constatou no capítulo 1. Segundo Baccega (1989), a presença do artigo diante de substantivos abstratos (74), então, confere uma idéia mais concreta. Por outro lado, a omissão do artigo diante do substantivo concreto (75), generaliza-o, podendo emprestar a ele valor abstrato. Nesse sentido, o núcleo foi controlado como abstrato ou concreto, seguindo a nomenclatura gramatical, a fim de avaliar a validade dessas hipóteses na comunidade de fala em estudo.

(74) “... eu reclamo muito *dos meus* direitos...”

(75) “... eu pago em dia Ø *meus* impostos...”

#### 5.2.3.5 Especificidade do possuído

De acordo com Roca-Pons (1976, *apud* BACCEGA, 1989), a função principal do artigo não seria, meramente, a de determinar o nome, ainda que sempre se refira a ele, expressando o seu gênero e o seu número, em concordância, mas sim tornar único o ser a que se refere. Os trabalhos sobre o tema apontam que a questão do artigo parece sempre estar relacionada, de alguma forma, com a questão da especificidade, como enfatizam Callou *et al.* (2000). Assim,

seguindo critérios análogos aos utilizados por Silva (1982), considerou-se, além da distinção elementar entre o caráter *específico* (76) e *não-específico* (77), o fator *genérico* (78), pois há casos, como muitos substantivos abstratos, em que não parece ser coerente o critério estrito da especificidade – o nome é essencialmente genérico, com pouca ou nenhuma possibilidade de se tornar específico em qualquer contexto.

(76) “... *o meu* segundo grau foi no ICT...”

(77) “... eu aprendi com  $\emptyset$  *meu* primo...”

(78) “...  $\emptyset$  sorte *minha* que quem se machucou mais foi ele...”

### 5.2.3.6 Dinâmica da definitude

Silva (1982, p. 289) definiu como *não-específico* (79) o possuído que pertencesse a um conjunto sem ser destacado num subconjunto. O possuído *específico*, por seu turno, foi considerado aquele elemento que faz parte de um conjunto especificado por alguma característica contextual (80) ou que constitui ele próprio um conjunto unitário (81). A autora exemplifica com as seguintes sentenças:

(79) Coitado do meu amigo! (Môn. Almanaque, p. 35)

(80) Você acredita que sou sua melhor amiga? (id., p. 46)

(81) O calor do seu corpo. (Amiga, 288, p. 58)

Observando os exemplos de Silva (1982), parece-nos claro que a autora levou em consideração mais os aspectos formais da estrutura e/ou do léxico do que o contexto referencial em que o enunciado foi realizado. No caso (79), por exemplo, soa muito nítida a referência a um amigo específico, definido, cujas informações sobre ele podem ser facilmente recuperadas e identificadas no entorno textual.

Desse modo, com o intuito de refinar o entendimento da influência da categoria *definitude* no uso ou omissão do artigo definido, apontada em diversos trabalhos sobre o tema e evidenciada em Silva (1996a), decidimos eleger uma variável que controlasse as nuances circunscritas no

campo da *definitude*, o que implicou uma distinção escalar em três níveis: (1) + definido > + identificável (82); (2) + definido > - identificável (83); e (3) - definido > + identificável (84). No início, chegamos a considerar um quarto fator neste grupo: - definido > - identificável, mas logo nas primeiras codificações ficou claro que esse critério seria incompatível com a teoria que concebemos para a construção desta variável, pois entendemos que o possessivo possui *per se*, em algum nível, uma carga de definitude sobre o referente que designa.

(82) “... eu passei muito tempo desempregado... e na *minha* profissão...”

(83) “... minha mãe e Ø *minha* sobrinha que levaram...”

(84) “... engraxando Ø *seu* sapato...”

O enunciado (82), embora seja codificado no grupo *especificidade* como *não-específico*, na variável que controla a *dinâmica da definitude*, é classificado como mais definido e mais identificável, considerando que, mesmo não tendo nomeado sua profissão particularmente nesta construção, o falante já havia mencionado várias vezes que era marceneiro, não havendo dúvida quanto a isso. Nesse sentido, é mais definido não pelo termo *profissão* em si, mas por uma série de informações referenciais fornecidas pelo próprio falante que definem seu trabalho. E também o é mais identificável, porque o referente *profissão de marceneiro* é facilmente refletido na mente dos seus interlocutores, no caso, duas entrevistadoras, que, naturalmente têm em mente a imagem do marceneiro como a de um profissional que trabalha com madeira.

A análise dos exemplos (83) e (84) pode clarear melhor essas proposições. Em (83), a estrutura que está em evidência é *minha sobrinha*, que foi avaliada como mais definida e menos identificável. Tal classificação se justifica porque, na entrevista, a falante se referiu algumas vezes a uma sobrinha com a qual havia passado por algumas situações eventuais, sendo, portanto, definida – não se referia a uma sobrinha qualquer e sim a uma em especial, mas não identificável pelo ouvinte, já que não fora revelado seu nome/imagem e não se tratava de uma pessoa conhecida das entrevistadoras – era apenas alguém do convívio familiar da informante.

No enunciado (84), por sua vez, embora o informante não tenha definido o referente *sapato*, até porque o tópico do diálogo naquele momento não eram “calçados” e sim “meios de subsistência na sociedade moderna”, ele é uma categoria tranquilamente identificável pelas



entrevistadoras, assim como por quaisquer outros falantes: o objeto mencionado faz parte de nosso conhecimento prévio de mundo mais elementar e, por isso, embora não tenha sido definido, se constitui uma categoria identificável.

Como deve ter ficado claro, esta variável mensura em cada fator duas perspectivas distintas, mas complementares, e, mais do que isso, avalia, simultaneamente, no processo de construção do referente, tanto a percepção do falante, em termos do que ele concebe como definido para si, quanto a do ouvinte, no que diz respeito ao que conseguimos interpretar, por marcas discursivo-pragmáticas do contexto, como sendo identificável no plano cognitivo. Poderíamos dizer que esta é a nossa variável (mais) pragmática, que leva a cabo o entendimento do enunciado produzido pelo falante e seu significado concreto no nível de sua realização cognitiva, isto é, que se interessa pelo que o falante tem em mente quanto enuncia determinada estrutura e não o inverso.

Cumpramos mencionar que a criação deste grupo foi baseada em Callou *et al.* (2000), que estudaram a dinâmica do genérico e específico na relação entre o artigo definido e as construções existenciais. Conforme mencionado no capítulo 1, as autoras destacam, citando Lambrecht (1994), que a categoria *definitude* seria a um traço formal associado a expressões nominais que evidenciarão se o referente da sentença seria identificável ou não. Concordamos com as pesquisadoras quando advertem que as categorias cognitivas de *identificabilidade* e a gramatical de *definitude* são imprecisas na análise de língua, uma vez que não “há uma correlação bi-unívoca entre identificabilidade e não-identificabilidade de um referente e definitude ou indefinitude gramatical do sintagma nominal que designa aquele referente” (CALLOU *et al.*, 2000, p. 82). Todas essas nuances foram consideradas e merecerão melhor atenção em pesquisas posteriores, pois, com esta amostra, não foi possível avançar nessas questões.

### **5.2.3.7 Extensão silábica do possuído**

Segundo Callou e Silva (1997, p. 22), “no sentido lato, toda língua possui uma unidade rítmica. Nas línguas de ritmo acentual, como o português, essa unidade é o pé métrico [...]”.

Ao controlar, então, a *extensão do pé métrico* e a *posição do possessivo* (se ele inicia ou não o pé), as autoras chegaram à conclusão de que o ambiente prosódico – e não o sintático – parecia determinar a presença do artigo. Para levar em consideração estes mesmos fatores, precisaríamos fazer uma análise fonética de cada ocorrência. Como não seria viável tal procedimento neste trabalho, optamos por utilizar o grupo *extensão silábica do possuído*, a fim de verificar, grosso modo, se o ambiente prosódico também influenciaria a variação no uso do artigo em nossa amostra. Assim, nesta variável, distinguimos os vocábulos em curtos (1 a 2 sílabas), médios (3 sílabas) e longos (4 sílabas ou mais), conforme ilustram, respectivamente, os exemplos a seguir:

(85) “... Ø *meu* filho trabalha lá em Laranjeiras...”

(86) “... tem:: uma diferença muito grande *da minha* cabeça pra sua...”

(87) “... os filho atrapalha Ø *seu* relacionamen::to...”

## CAPÍTULO 6

### APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Os principais resultados obtidos por meio do tratamento estatístico dos dados no Programa VARBRUL (SANKOFF, SMITH, TAGLIAMONTE, 2005) foram gerados em rodadas separadas para os dois contextos, conforme informado anteriormente. Portanto, a primeira parte deste capítulo será destinada à apresentação e análise dos resultados encontrados no contexto dos antropônimos. Em seguida, o mesmo procedimento será feito em relação ao contexto dos pronomes possessivos.

Em linhas gerais, os resultados apontam que, em termos de percentuais globais de aplicação do uso do artigo, os capixabas da cidade de Vitória (ES) usam menos artigo do que outras regiões do país. Esse percentual foi de 39%, no contexto dos antropônimos, e 33% no contexto de pronomes possessivos, o que alinharia a capital do Espírito Santo, no contexto dos antropônimos, com o Rio de Janeiro (43%). Por outro lado, no contexto do possessivo, não haveria comparação razoável, haja vista que estaria consideravelmente afastada das demais capitais brasileiras inventariadas até o momento: as cidades de Recife e Salvador, que apresentam os menores índices, estão na casa dos 60% contra apenas 33% da capital capixaba. Essa comparação fica mais evidente nas TAB. 7 e 8:

TABELA 7  
Realização do artigo definido diante de antropônimos de acordo com a origem geográfica

	VIX	BH	RE	SSA	RJ	SP	POA
<b>Freq.</b>	118/300	--	12/71	10/24	27/85	20/23	50/63
<b>(%)</b>	(39)	(76)	(17)	(32)	(43)	(87)	(79)

Fonte: PORTVIX, 2002; CALLOU; SILVA, 1997; MOISÉS, 1995.<sup>18</sup>

<sup>18</sup> A frequência relativa a Vitória (VIX) é oriunda desta pesquisa. Os resultados de Belo Horizonte (BH) são de Moisés (1995). As cinco capitais restantes, conforme apresentado anteriormente, foram estudadas por Callou e Silva (1997).

Na TAB.7, como se pode ver, as cidades de Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS) são as que apresentam a maior frequência de uso do artigo definido diante de antropônimos. Em sentido contrário, Recife (PE) e Salvador (BA), ao lado de Vitória (ES) e do Rio de Janeiro (RJ), são as capitais brasileiras que apresentam o menor índice neste contexto. Estas diferenças podem ser melhor visualizadas no GRAF. 1:

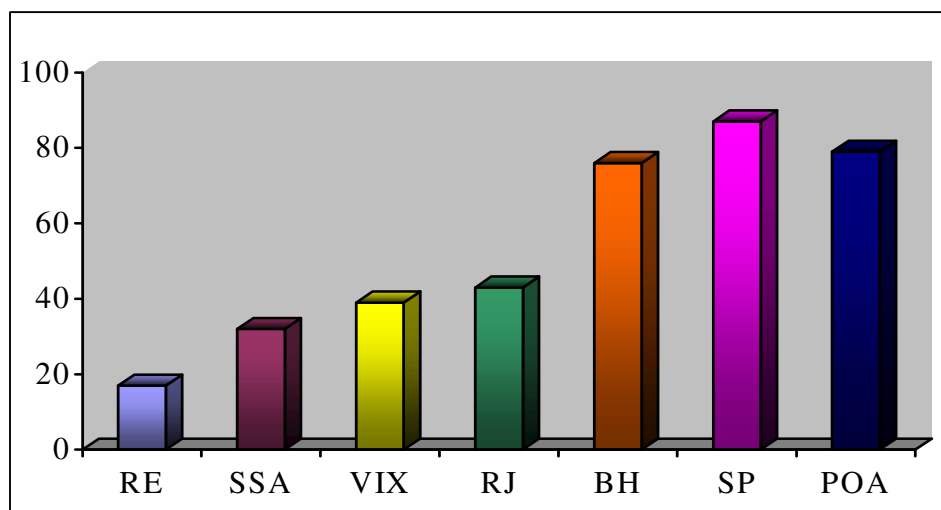


GRÁFICO 1 - Realização do artigo definido diante de antropônimos de acordo com a origem geográfica (%)

Fonte: PORTVIX, 2002; CALLOU; SILVA, 1997; MOISÉS, 1995.

Vale destacar que outras pesquisas (ALVES, 2008; AMARAL, 2003; MENDES, 2009) sobre o tema foram inventariadas, mas preferimos não incorporá-las na TAB. 7, porque foram realizadas em pequenas comunidades rurais e os diferentes parâmetros de análise geraram resultados diversos. Portanto, não seria adequado cotejá-los com os dados das capitais.

No que atine ao contexto dos possessivos, conforme se pode verificar na TAB. 8, grosso modo, todas as capitais brasileiras inventariadas até o momento apresentam um padrão geral de maior uso do artigo definido. Na contramão dessa tendência, os capixabas destoam, apresentando uma inclinação à ausência de artigo definido diante de possessivos.

TABELA 8  
Realização do artigo definido diante de possessivos de acordo com a origem geográfica

	VIX	RE	SSA	RJ	SP	POA
<b>Freq.</b>	331/1016	59/98	57/87	280/399	147/209	26/33
<b>(%)</b>	(33)	(60)	(66)	(70)	(70)	(79)

Fonte: PORTVIX, 2002; CALLOU; SILVA, 1997.

O GRAF. 2 ilustra de forma mais clara esta distinção:

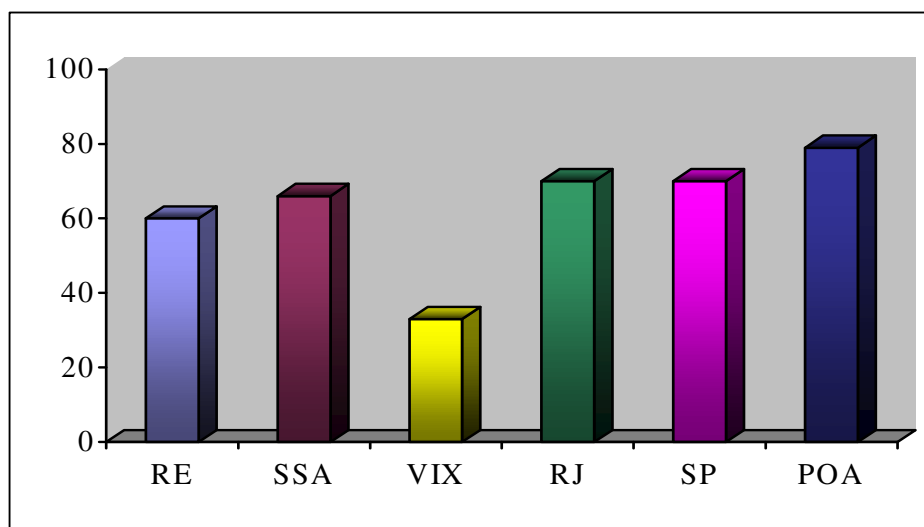


GRÁFICO 2 - Realização do artigo definido diante de possessivos de acordo com a origem geográfica (%)

Fonte: PORTVIX, 2002; CALLOU; SILVA, 1997.

Cumprir mencionar que Nazário (2007)<sup>19</sup> registra uso semelhante ao da capital capixaba em quatro comunidades rurais do estado de Goiás (GO): Almeidas, Pombal, Faz Tudo e Acaba Vida, e Traíras. O percentual de aplicação do artigo diante de possessivos, nessas comunidades, não chegou a 38%. A autora atribuiu este baixo índice ao conservadorismo típico dessas comunidades, que é intensificado pelo isolamento geográfico e cultural.

Na capital capixaba, embora tenhamos assumido que parece haver certo conservadorismo

<sup>19</sup> Ao contrário do que foi arguido anteriormente no contexto dos antropônimos, levamos em consideração esse estudo, que investigou apenas comunidades rurais, por ter utilizado uma metodologia mais próxima deste trabalho.

linguístico, a razão pela preferência ao não-uso do artigo definido, tanto diante de antropônimos como possessivos, teria outra motivação: marcar um traço identitário, ainda que inconscientemente. A nossa hipótese é que o nativo de Vitória (ES) tem utilizado a língua como um recurso a mais na busca da manutenção de sua identidade, tão fragilizada ao longo de sua história. Primeiro, por décadas de descaso socioeconômico. Segundo – e principalmente – como retorno da reviravolta que a economia local sofreu, pela grande invasão de pessoas oriundas de outros estados, conforme sugerido no capítulo 2.

Alguns trabalhos regionais com dados do Espírito Santo têm sido empreendidos e revelado que, de fato, o capixaba tem alguns traços que o distingue dos demais invasores, como os mineiros. Calmon (2010), em seu estudo sobre a variação pronominal de 2ª pessoa em Vitória (ES), constatou o elevado favorecimento da forma *você* (75%) em detrimento das formas *cê* (24%) e *ocê* (1%). A autora atribuiu este resultado a um movimento identitário. Segundo ela, os falantes de Vitória (ES) estariam intensificando, mesmo que inconscientemente, o uso de *você* como forma de afirmação social e cultural, como se tivessem a intenção de se diferenciarem linguisticamente dos mineiros<sup>20</sup>, que chegam às praias de Vitória (ES) na estação de veraneio ou que vêm morar no município.

Destarte, comungamos da hipótese de Calmon (2010) quando afirma que, em Vitória (ES), temos um movimento similar ao identificado por Labov (2008) na década de 60 na ilha de Martha's Vineyard, situada no estado de Massachussets (EUA). Nesse estudo, Labov (2008) investigou o processo de centralização dos ditongos (ay) e (aw), que seguia um movimento de mudança contrário ao das demais regiões do estado.

A partir de uma série de testes, Labov (2008) percebeu que a explicação dessa mudança sonora só seria possível em função do entendimento das forças sociais que afetavam mais profundamente a vida da ilha. Assim, o autor concluiu que a alta centralização de (ay) e (aw) estava intimamente correlacionada a expressões de grande resistência às incursões dos veranistas, já que os vineyardenses resistiam às influências dos veranistas, que estavam dominando economicamente a ilha. Em suma, Labov (2008) constatou que as diferenças fonéticas se tornavam cada vez mais marcadas à medida que o grupo lutava por manter sua identidade. Cumpre mencionar que tanto em Martha's Vineyard como em Vitória (ES), temos

---

<sup>20</sup> Vale ressaltar que a forma pronominal preferida pelos mineiros no contexto de 2ª pessoa é a forma *cê* (RAMOS, 1997; COELHO, 1999; GONÇALVES, 2008, *apud* CALMON, 2010).

um caso de variação linguística abaixo do nível da consciência.

Essa comparação entre Vitória (ES) e Martha's Vineyard, embora careça de melhor fundamentação, é minimamente interessante. Vale destacar que apenas o estudo mais aprofundado da história local, bem como do seu contexto socioeconômico, acompanhado de testes de reação subjetiva etc., permitirá, em pesquisa ulterior, validar ou refutar esta hipótese. Por ora, nos deteremos na análise dos resultados obtidos a partir do tratamento estatístico dos dados, que compõe as próximas seções.

## 6.1 Antropônimos

Na primeira etapa de testes, que diz respeito aos antropônimos, num conjunto total de 300 ocorrências e um percentual global de aplicação do artigo definido em torno de 39%, o programa apontou quatro grupos como sendo os mais significativos do ponto de vista probabilístico, na seguinte ordem de seleção: *gênero do antropônimo, traços supra-segmentais, faixa etária e gênero do falante*.

É interessante notar, já neste primeiro momento, como o percentual global de uso do artigo diante de antropônimos se revelou baixo (39%), o que corrobora nossa intuição de que a comunidade de fala capixaba em análise tende a usar pouco artigo nesse contexto. Inclusive, cumpre salientar, que a nossa segunda hipótese, esboçada no capítulo 3, também foi confirmada: os casos em que os artigos são precedidos por preposição com a qual podem contrair-se, no contexto dos antropônimos, não são categóricos na comunidade capixaba, como se pode observar na TAB. 9, resultante da rodada em que ainda não havíamos sintetizado as preposições em dois grupos: preposição com a qual o artigo pode contrair-se (*a, de, em, por, para*) versus preposição com a qual o artigo não pode contrair-se (*com, sobre*).

TABELA 9  
 Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES),  
 de acordo com a ausência/presença e tipo de preposição

Preposição		Frequência	
Presença	Ausência	80/237	34%
	Com	04/08	50%
	Para	04/05	80%
	De	27/46	59%
	<b>TOTAL</b>	<b>115/296</b>	<b>39%</b>

Fonte: PORTVIX, 2002.

Embora não tenha sido selecionado, o grupo *ausência/presença e tipo de preposição* é um forte candidato a ser escolhido pelo Programa em análises posteriores, pois apresenta resultados sistemáticos. Tanto o é que foi o antepenúltimo grupo a ser eliminado e talvez só o tenha sido em função do desequilíbrio de dados. As ocorrências com as preposições *em*, *a* e *sobre*, inclusive, tiveram de ser descartadas desta análise por insuficiência de dados. Vale destacar que nos interessou em particular o percentual de uso do artigo diante da preposição *de* (59%), pois foi este aspecto que primeiro despertou nossa atenção para o comportamento linguístico da comunidade de fala capixaba em relação ao emprego do artigo: percebemos que estruturas como (88) e (89) são bastante frequentes nesta região – mais talvez do que os resultados desta amostra acusam – e salientes para os falantes forasteiros mais perspicazes que ali residem e que fazem maior uso do artigo definido, como alguns mineiros e cariocas.

(88) “... a festa de Ø *Rafael* foi muito legal...”

(89) “... totalmente diferente de Ø *Isabela* né?”

No que diz respeito aos grupos selecionados, é interessante notar como o gênero se mostrou duplamente relevante nesta amostra: o *gênero do antropônimo*, selecionado em primeiro lugar, e o *gênero do falante*, selecionado em quarto lugar. Sobre o *gênero do antropônimo*, como se pode ver na TAB. 10, apesar de não termos distinções polarizadas, parece que o capixaba da capital do Estado tende levemente a usar mais artigo – quando usa – diante de nomes femininos do que de nomes masculinos, o que contraria nossa intuição impressionística inicial. Até o presente momento, vale dizer, não foram identificadas evidências que justificassem essa distinção.



TABELA 10  
 Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES),  
 de acordo com o gênero do antropônimo

Gênero do antropônimo	Frequência		Peso relativo
Masculino	78/206	38%	0,44
Feminino	40/94	43%	0,61
<b>TOTAL</b>	<b>118/300</b>	<b>39%</b>	

Fonte: PORTVIX, 2002.

Em relação ao gênero do falante, o resultado é inverso em termos de peso relativo quanto ao uso do artigo no nível da natureza do gênero: os homens usam mais artigo definido diante de antropônimos do que as mulheres, como consta na TAB. 11:

TABELA 11  
 Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES),  
 de acordo com o gênero do falante

Gênero do falante <sup>21</sup>	Frequência		Peso relativo
Homens	62/115	54%	0,62
Mulheres	56/185	30%	0,42
<b>TOTAL</b>	<b>118/300</b>	<b>39%</b>	

Fonte: PORTVIX, 2002.

Cogitamos a possibilidade de haver interferência entre estes grupos, dado que os homens usam consideravelmente mais artigo do que as mulheres. Contudo, em uma tabulação cruzada entre essas duas variáveis constatou-se que as mulheres seguem, em proporção (muito) menor, a tendência masculina: usam também mais artigo diante de nomes femininos, como demonstra a TAB. 12.

<sup>21</sup> Embora haja na literatura sociolinguística uma preferência pelos termos *masculino* e *feminino* quando nomeamos a categoria *gênero* em oposição a *homens* e *mulheres* para designar simplesmente o sexo biológico, aqui não tomamos parte nesta discussão e adotamos estes últimos termos apenas para diferenciá-los do gênero do antropônimo, o que permite uma melhor visualização gráfica.

TABELA 12  
Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES):  
gênero do falante *versus* gênero do antropônimo

Gênero do falante	Gênero do antropônimo	
	Masculino	Feminino
Homens	49% (48/97)	78% (14/18)
Mulheres	28% (30/109)	34% (26/76)

Fonte: PORTVIX, 2002.

No caso do gênero do falante, podemos inferir que os resultados apontam e corroboram duas hipóteses. A primeira é que as mulheres são mais conservadoras, já que consideramos que o padrão da comunidade capixaba é a tendência à ausência do artigo definido neste contexto. A segunda hipótese, conforme aventada por Callou e Silva (1997, p. 22), refere-se ao fato de o uso do artigo ser menos frequente em comunidades cuja colonização foi mais antiga, já que o percentual global de aplicação do artigo não chegou a 40%. Talvez seja possível afirmar que a ausência do artigo seria um traço arcaizante e, mesmo que inconscientemente, propagado pelas mulheres.

Todavia, a questão que mais nos intriga, neste momento, é entender como um fenômeno linguístico variável que não é objeto de estigma social pode apresentar resultados sociais tão contundentes. Por ora, podemos propor duas linhas de análise. Com esta amostra, a primeira interpretação seria que esses resultados poderiam estar atrelados a uma questão de ordem maior: o processo de mudança linguística. Essa proposição fica mais latente quando observamos, isoladamente, os resultados do grupo *faixa etária*, dispostos na TAB. 13:

TABELA 13  
Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES), de acordo com a faixa etária

Faixa etária	Frequência		Peso relativo
07-14 anos	22/40	55%	0,54
15-25 anos	56/103	54%	0,67
26-49 anos	20/59	34%	0,38
50 anos em diante	20/98	20%	0,36
<b>TOTAL</b>	<b>118/300</b>	<b>39%</b>	

Fonte: PORTVIX, 2002.

Labov (1994) chama a atenção para alguns aspectos que devem ser considerados em estudos de mudança em progresso. Embora não tenhamos codificado todo o *corpus* PORTVIX, o que poderia nos permitir deduções mais consistentes, o fato é que, no fenômeno em análise, o comportamento do grupo *faixa etária* aponta indícios de um processo de mudança linguística e reclama alguma consideração nesse âmbito. De acordo com Labov (1994, p. 45-46),

A primeira e mais simples abordagem para estudar a mudança linguística em progresso é traçar a mudança no tempo aparente, isto é, a distribuição das variáveis linguísticas entre os diferentes níveis de idade. Se nós descobirmos uma relação uniforme entre idade e variáveis linguísticas, ou uma correlação significativa entre as duas, então a questão é decidir se estamos lidando com uma verdadeira mudança em progresso ou com gradação etária (Hockett 1950), uma mudança regular de comportamento linguístico com idade que se repete em cada geração.<sup>22</sup>

Decidir se estamos lidando com um caso de mudança em progresso ou uma simples mudança regular relacionada à idade, nos termos labovianos, não será uma ostentação válida nesta pesquisa, dado que não dispomos do intervalo de tempo necessário para empreender uma análise em tempo real. De qualquer modo, esta análise em tempo aparente nos permite fazer algumas inferências. É interessante apontar, por exemplo, como os resultados encontrados se alinham à suposição de Labov (1994, p. 47) sobre o papel do grupo de falantes mais jovens no processo de mudança linguística: os adolescentes e pré-adolescentes estariam na vanguarda do processo.

Essa asserção do autor é fundamentada em seu próprio estudo em Nova York (1966), em que constatou que a elevação de (eh) na palavra *man* e (oh) em *lost* estava mais avançada no grupo de falantes mais jovens, de 08 a 19 anos, entre outros trabalhos (CEDERGREN, 1973; TRUDGILL, 1974, *apud* LABOV, 1994). O ponto mais interessante a ser observado no âmbito desta discussão, vale destacar, é que caso, em etapa ulterior da pesquisa, seja confirmado que se trata de uma mudança em progresso, será curioso constatar que os princípios de mudança linguística apontados por Labov (1994) no campo da fonologia podem ser aplicados em fenômenos morfossintáticos, como é o caso deste estudo.

---

<sup>22</sup> *The first and most straightforward approach to studying linguistic change in progress is to trace change in apparent time: that is, the distribution of linguistic variables across age levels. If we discover a monotonic relationship between age and linguistic variable, or a significant correlation between the two, then the issue is to decide whether we are dealing with a true change in progress or with age-grading (Hockett 1950), a regular change of linguistic behavior with age that repeats in each generation.*

Nessa perspectiva, pode-se observar que no GRAF. 3, esboço dos resultados encontrados para o grupo *faixa etária* no contexto dos antropônimos, temos reproduzido o que Labov (1994, p. 65) denomina como a *curva em forma de S*.

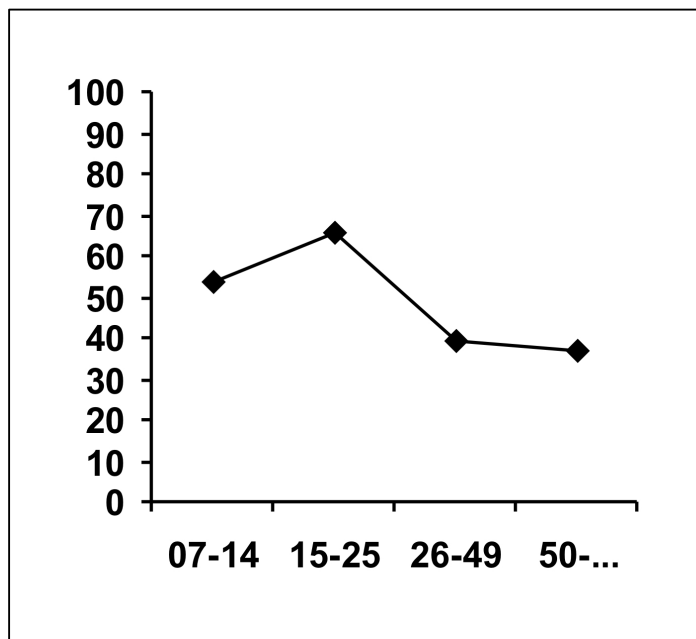


GRÁFICO 3 - Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES), de acordo com a faixa etária

Fonte: PORTVIX, 2002.

Segundo Labov (1994, p. 65), a ascensão e queda dos coeficientes de idade refletem a observação geral de que as mudanças sonoras começam em um ritmo lento, depois avançam rapidamente no meio do percurso e mitigam em seus últimos estágios. Destarte, a taxa de mudança perfaz uma curva em forma de *S* ou *ogiva*<sup>23</sup> a partir de frequências cumulativas de uma distribuição binomial. A esse respeito, o autor ainda esclarece que distribuições como esta

[...] descrevem a competição entre duas formas instáveis e podem ser geradas por um modelo no qual a probabilidade de contato entre as duas governa a taxa de mudança. Se seguirmos Bloomfield (1933: 46) na construção de um mapa de todas as trocas linguísticas que ocorrem em uma

<sup>23</sup> Conforme o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), o termo *ogiva*, no campo da estatística, diz respeito ao gráfico que apresenta a frequência acumulada.

comunidade, então a probabilidade global de uma troca envolvendo as duas formas é baixa no início da mudança, máxima no ponto médio e mínima no final<sup>24</sup> (LABOV, 1994, p. 66).

Portanto, vale reiterar que, embora as colocações de Labov (1994) estejam circunscritas em torno de processos de mudança sonora (estritamente), seus pressupostos se encaixam sistematicamente na variação morfossintática em análise neste estudo, o que sinaliza a possibilidade de se tratar, em uma instância maior de análise, de um caso de mudança linguística em progresso.

Caso esta hipótese venha a se confirmar em estudos posteriores, teríamos de assumir que o capixaba estaria em fase de aquisição do artigo definido no contexto dos antropônimos. Contudo, esta suposição não parece pertinente na medida em que registramos uma taxa percentual de uso inferior a 50%. Inclusive, a faixa etária 1 apresenta um índice próximo da neutralidade. Cumpre lembrar, conforme informado no capítulo 4, que consideramos apenas um falante por célula social.

Outra hipótese, então, que pode ser considerada em função da configuração destes resultados – e que igualmente poderá ser revista em pesquisa ulterior com a análise de toda a amostra PORTVIX – é que estaríamos lidando com um caso de gradação etária, isto é, um comportamento de uso linguístico regular que se repete nos segmentos etários a cada geração (LABOV 1994, p. 46). Mendes (2000, p. 149), em seu estudo sobre o uso do artigo definido diante de antropônimos na fala dos habitantes de Barra longa (MG), aceita esta hipótese ao concluir que “a língua pretérita e a língua oral do português contemporâneo desta comunidade retiveram uma estrutura pretérita da língua latina”, que seria a manutenção da ausência do artigo.

Os resultados encontrados por Silva (1987, *apud* CALLOU, 2000) com dados coletados há cerca de três décadas nos condicionam a pensar que a hipótese mais plausível seria a da gradação etária, já que tanto nos dados da fala não-culta do Rio de Janeiro (SILVA, 1987,

---

<sup>24</sup> *Such distributions describe the unstable competition between two forms, and can be generated by a model in which the probability of contact between the two governs the rate of change. If we follow Bloomfield (1933: 46) in constructing a map of all the speech exchanges that take place in a community, then the overall probability of an exchange involving the two forms is low at the beginning of the change, maximal at midpoint, and minimal at the end.*

*apud* CALLOU, 2000) como nos dados do Projeto PORTVIX, que datam do ano de 2002, temos comportamento similar ao longo das faixas etárias:

TABELA 14  
Atuação da faixa etária sobre o gênero no uso do artigo definido diante de antropônimos:  
Rio de Janeiro (RJ) *versus* Vitória (ES)

Faixa etária	Rio de Janeiro (SILVA, 1996b)		Vitória (PORTVIX, 2002)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
07-14	74% (432/581)	64% (287/448)	75% (18/24)	25% (04/16)
15-25	73% (54/74)	73% (92/126)	52% (24/46)	56% (32/57)
26-49	70% (130/185)	79% (98/124)	32% (10/31)	36% (10/28)
50-...	53% (102/191)	85% (112/132)	71% (10/14)	12% (10/84)

Fonte: SILVA, 1996b, p. 276; PORTVIX, 2002.

Como se pode observar na TAB. 14, os falantes da faixa intermediária de ambos os sexos apresentam um padrão de uso semelhante, enquanto os falantes das duas faixas extremas divergem. O diferencial maior entre este trabalho e o de Silva (1987, *apud* CALLOU, 2000, 1996b) é que enquanto as mulheres mais velhas empregam mais artigos do que os homens em sua pesquisa, neste trabalho, tanto os homens mais velhos como os mais jovens utilizam mais artigo do que os seus pares femininos. Além disso, conforme registra Callou (2000), esse padrão geral de convergência na faixa média, e de distinção nas faixas extremas, se repete nas cinco capitais brasileiras do Projeto NURC (Projeto da Norma Urbana Oral Culta), como se pode ver no GRAF. 4<sup>25</sup>:

<sup>25</sup> Estes gráficos (4, 5, 6, 7 e 8) foram adaptados e os valores utilizados foram estimados, uma vez que não há detalhamento numérico dos dados na fonte consultada. Apesar disso, esta reprodução reflete globalmente os gráficos que Callou (2000) apresenta em seu trabalho.

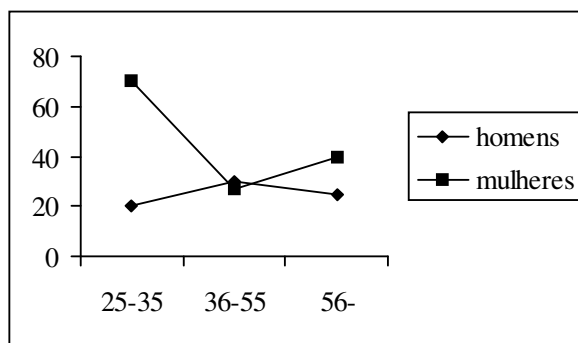


GRÁFICO 4 - Distribuição por faixa etária e sexo  
Fonte: CALLOU, 2000, p. 22.

De acordo com Callou (2000, p. 23), “observando-se as curvas das frequências de uso do artigo frente a nomes próprios, por mulheres e homens, nota-se que caminham no sentido inverso, embora ambas apresentem o mesmo padrão curvilíneo, característico, em geral, de variação estável”. É preciso salientar que este cotejo deve ser feito com cautela e ressalvas. Primeiro, porque a própria divisão etária foi diferente: enquanto neste trabalho e no de Silva (1987, 1996b) consideraram-se 4 faixas, no de Callou (2000) foram utilizadas apenas três, como se pode constatar no GRAF. 4. Em segundo lugar, os dados de Callou (2000), oriundos do Projeto NURC, são apenas de falantes universitários. Por fim, deve-se observar que, ao fazer uma análise dos padrões individuais de cada uma das cidades, reunindo os dados de Recife aos de Salvador por serem em número reduzido, a autora concluiu que na faixa 1 (25-35) é nítida a diferença de comportamento entre homens e mulheres, ao contrário das faixas 2 e 3, em que há uma aproximação, conforme se pode verificar nos GRAF. 5, 6, 7 e 8:

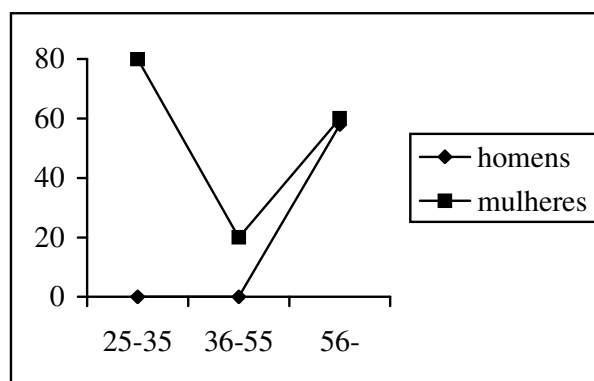


GRÁFICO 5 - Distribuição em Porto Alegre (POA)  
Fonte: CALLOU, 2000, p. 23.

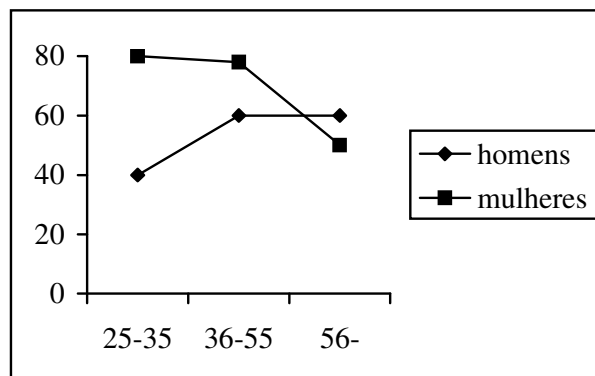


GRÁFICO 6 - Distribuição em São Paulo (SP)  
Fonte: CALLOU, 2000, p. 23.

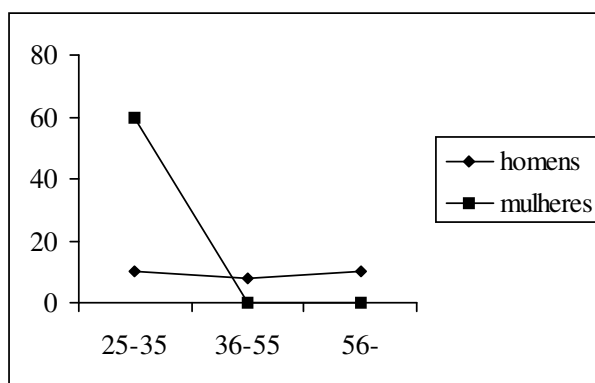


GRÁFICO 7 - Distribuição em Recife/Salvador  
Fonte: CALLOU, 2000, p. 24.

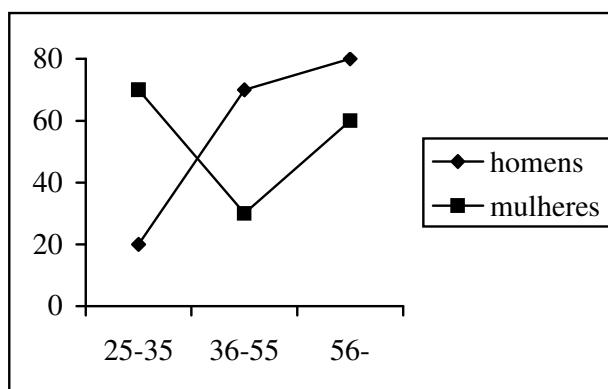


GRÁFICO 8 - Distribuição no Rio de Janeiro (RJ)  
Fonte: CALLOU, 2000, p. 24.

Retomando os dados da comunidade capixaba, poderíamos argumentar, por esta linha, como



previsto na literatura sociolinguística, que as mulheres, sobretudo as da última faixa etária, seriam as difusoras dessa preferência local pelo não-uso do artigo definido junto aos antropônimos, já que, normalmente, são as responsáveis pela educação dos filhos. A maior frequência desse uso nas faixas etárias mais jovens, então, poderia ser justificada por influência de forças externas, como a pressão do mercado profissional e o efeito dos anos de escolarização, sobretudo entre os falantes de 15 a 25 anos, já que há uma tendência ao aumento do uso do artigo conforme a elevação do grau de escolaridade. A faixa etária de 07 a 14 anos, por seu turno, sendo instável, estaria oscilando. Contudo, ainda permanecem obscuras as razões que distanciarão o comportamento masculino do feminino entre os diferentes níveis etários.

Em suma, conforme já foi sinalizado, só a codificação de toda a amostra PORTVIX em uma futura pesquisa nos permitirá conclusões mais consistentes. O fato é que, caso este padrão fornecido pela análise estatística permaneça, teremos de refinar e elencar outras variáveis que possam lançar novas perspectivas para o entendimento do fenômeno em pauta. Por ora, chegamos à mesma conclusão de Silva (1996b, p. 278): “É inexplicável este comportamento invertido entre os dois sexos”.

Nesse ponto, é interessante notar como os princípios postulados por Labov (1990) para a diferenciação linguística entre homens e mulheres, a partir de mais de 30 anos de pesquisa sociolinguística – como exaltou Cheshire (2003) – não podem ser aplicados no fenômeno em análise. Em síntese, nós temos dois princípios nucleares que são sumarizados por Labov (1990, p. 210-215) como *change from above* e *change from below*. No primeiro caso (*change from above*), isto é, mudanças que envolvem fenômenos que são objeto de avaliação social, as mulheres favoreceriam as formas de prestígio mais do que os homens. Por outro lado, nas mudanças vindas de baixo (*change from below*), ou seja, que estão abaixo do nível da consciência, as mulheres normalmente são as inovadoras. Este último é o caso do objeto de estudo desta pesquisa.

Entretanto, como pudemos observar, na comunidade capixaba, esse padrão parece ser inverso: os homens têm liderado o maior uso da forma “inovadora”, que seria a presença do artigo definido diante de antropônimos, já que a marca local seria a tendência ao não-uso do artigo. Assim, em consonância com Callou (2000, p. 22), observamos que, nesse âmbito, muitas questões continuam não esclarecidas, como a relação entre a fala de homens e mulheres numa

comunidade de fala e a sua independência em relação a outras variáveis sociais. De qualquer forma, temos de ponderar esta ressalva, pois os estudos de Labov frequentemente se orientam na interseção entre classe social e demais variáveis sociais. Neste estudo, a classe socioeconômica dos falantes não foi controlada.

No que atine à variável selecionada em segundo lugar, *traços supra-segmentais*, verifica-se na TAB. 15 que, de fato, o ambiente prosódico parece ter papel relevante no condicionamento do uso do artigo definido diante de antropônimos.

TABELA 15  
Uso do artigo definido diante de antropônimos na cidade de Vitória (ES),  
de acordo com os traços supra-segmentais

Traços supra-segmentais	Frequência		Peso relativo
Pausa silenciosa	22/111	20%	0,29
Pausa preenchida	02/08	25%	0,41
Sequência contínua	84/168	50%	0,61
Alongamento	10/13	77%	0,78
<b>TOTAL</b>	<b>118/300</b>	<b>39%</b>	

Fonte: PORTVIX, 2002.

Corroborando os resultados apontados por Callou e Silva (1997, p. 22), a pausa realmente é o fator deste grupo que mais inibe a utilização do artigo. O uso do artigo parece ser favorecido em segmentos fonológicos ininterruptos, sobretudo em enunciados como:

(90) “... a:: *Marta Suplicy* entrou... ganhou...”

Esses resultados parciais<sup>26</sup> corroboram a conclusão preliminar da análise global: homens e mulheres manifestam comportamento diferenciado. Por ora, com esta amostra, não foi possível identificar evidências que pudessem justificar esse comportamento. Assim, a variação morfossintática do artigo definido diante de antropônimos se apresenta como um desafio à comunidade científica e esperamos que pesquisas ulteriores se dediquem ao entendimento desse complexo padrão de estratificação linguística e social.

<sup>26</sup> Consideramos os resultados como *parciais* porque, para esta pesquisa, não foi considerado todo o *corpus* PORTVIX.

## 6.2 Possessivos

### 6.2.1 Rodada com preposições

No que concerne ao contexto dos pronomes possessivos, em um total de 1016 ocorrências e um percentual global de uso do artigo em torno de 33%, o programa selecionou os grupos *ausência/presença e tipo de preposição, tipo do possessivo e outras formas, natureza do possuído, nível de escolaridade e gênero do falante* como os mais significativos. Interessante notar que o percentual global de uso do artigo diante de possessivos é similar ao percentual identificado no contexto dos antropônimos (39%).

Como era esperado, a presença de preposição com a qual o artigo pode se contrair mostrou-se um fator consideravelmente atuante (quase categórico) no favorecimento do uso do artigo definido diante de possessivos, ao contrário do que ocorreu no contexto dos antropônimos, como se pode observar na TAB. 16:

TABELA 16  
Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES),  
de acordo com a ausência/presença e tipo de preposição

	Preposição	Frequência		Peso relativo
P r e s e n ç a	Ausência	180/810	22%	0,35
	Com	19/62	31%	0,56
	Para	23/25	92%	0,95
	De	109/119	92%	0,96
	Em	105/105	100%	-
	<b>TOTAL</b>	<b>331/1016</b>	<b>33%</b>	

Fonte: PORTVIX, 2002.

Em comparação a outros trabalhos, verifica-se que os resultados são semelhantes aos encontrados por Callou e Silva (1997), conforme se pode observar na TAB. 17. É interessante notar como os pesos convergem, hierarquicamente, para o mesmo padrão.

TABELA 17  
Aplicação de uso do artigo diante de possessivos de acordo com a presença de preposição

Preposição	Frequência		Peso relativo
Ausência	279/46	61%	0,28
Com	25/42	60%	0,42
Para	10/12	83%	0,74
De	101/125	81%	0,84
Em	93/100	93%	0,84

Fonte: CALLOU; SILVA, 1997, p. 16 (adaptado).

Em segundo lugar, o programa elegeu a variável *tipo de possessivo e outras formas*. Conforme se pode constatar na TAB. 18, a forma *dele* e seus derivados, assim como os possessivos no plural são acompanhados de artigo definido com maior frequência. Como esperado, as formas reduplicadas *mamãe* e *papai*, super-definidas, inibem consideravelmente o uso do artigo, ao lado da terceira pessoa do singular, mais distante discursivamente e menos específica em geral. Aqui entra a questão da influência da especificidade e da definitude.

TABELA 18  
Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES),  
de acordo com o tipo de pronome possessivo e outras formas

Possessivo e outras formas	Frequência		Peso relativo
3ª pessoa do singular - seu(s)/sua(s)	02/13	15%	0,07
Reduplicado – mamãe/papai	05/59	08%	0,19
2ª pessoa do singular - seu(s)/sua(s)	34/87	39%	0,47
1ª pessoa do singular – meu(s)/minha(s)	252/800	31%	0,51
3ª pessoa do plural - seu(s)/sua(s)	02/04	50%	0,55
1ª pessoa do plural – nosso(s)/nossa(s)	16/25	64%	0,76
Dele(s)/dela(s)	20/36	78%	0,89
<b>TOTAL</b>	<b>331/1016</b>	<b>33%</b>	

Fonte: PORTVIX, 2002.

Na verdade, a nossa intuição era que, como no trabalho de Silva (1982, 1996a)<sup>27</sup>, o contexto de 1ª pessoa, que relaciona referentes relativamente inerentes ao próprio falante, por isso, mais específicos, tanto no singular como no plural, tenderia a favorecer igualmente o uso do artigo em função do *princípio da especificidade*, que será tratado a seguir. Por outro lado, parece que, por uma mesma razão (ainda) desconhecida, também os sintagmas na forma plural não se distinguiram significativamente dos sintagmas na forma singular – como era esperado – quanto ao uso do artigo controlado pela variável *número do núcleo do sintagma*, que nem chegou a ser selecionada pelo programa.

A princípio, essas correlações podem parecer incoerentes à medida que consideramos que o traço mais específico deveria favorecer o uso do artigo, no caso da 1ª pessoa, e, simultaneamente, o traço mais definido tenderia a desfavorecer o uso do artigo em estruturas na forma plural, por exemplo, já numericamente definidas como todos os elementos de um conjunto. O fato é que os resultados encontrados até o momento, como se pode perceber, não se alinham univocamente com nenhuma destas direções. Outra questão a ser considerada e que deverá ser refinada em pesquisas ulteriores é que não consideramos o atributo *definido* como correlato de *específico*, tanto o é que temos as variáveis independentes *especificidade do possuído* e *dinâmica da definitude*. Aqui se entrelaça, ainda, a questão maior da *identificabilidade*, conforme esboçado no capítulo anterior. Em síntese, vale destacar que, com esta amostra, não foi possível avançar nestas questões, já que os dados referentes a essas variáveis apresentaram resultados controversos.

No âmbito dessa problemática, Silva (1996, p. 139-149) considera que dois princípios antagônicos parecem atuar sobre a realização do artigo diante de possessivos e antropônimos: de um lado, a familiaridade que o falante deduz que o ouvinte tenha acerca da entidade mencionada; de outro, a familiaridade que o falante tem acerca dessa entidade. Assim, ao mesmo tempo em que o falante tenderia a empregar mais artigo quando julgasse haver necessidade de definição da entidade não (ou menos) conhecida pelo ouvinte, “paradoxalmente”, também o utilizaria mais em situações que já seriam mais familiares e/ou específicas para ele. A nossa hipótese é que, na verdade, não haveria dois princípios antagônicos atuando nesses contextos, mas apenas um: o *princípio da especificidade*.

<sup>27</sup> Deve-se acrescentar a ressalva de que na referida pesquisa a autora trabalhou apenas com dados da escrita. Segundo Silva (1996a, p. 127), “não pôde ser estudado o *corpus* oral quanto a essa variável, já que os informantes, sendo levados a falar de si pela situação de entrevista, praticamente só utilizavam as formas de primeira pessoa (meu)”.

Em consonância com o esquema cognitivo ilustrado abaixo, o que prevalece é um *continuum* de especificidade. A questão que estaria em jogo, então, é o grau de especificidade que o falante concebe sobre o referente, independentemente<sup>28</sup> do ouvinte. Assim, o *princípio da especificidade* que parece orientar o maior emprego do artigo quando o falante designa um referente mais específico para si é o mesmo que motiva o maior uso do artigo quando designa um referente que, além de ser definido para si, deseja que seja para o seu ouvinte, que supostamente não o teria tão especificado em sua mente. Portanto, pelo *princípio da especificidade*, poderíamos entender o desejo de o falante manter – numa dada interação comunicativa – marcado o traço mais específico para aquilo que ele tem como muito ou relativamente bem definido em seus esquemas cognitivos. Por outras palavras, verifica-se que, em alguns enunciados produzidos nos contextos de antropônimos e possessivos precedidos por artigo definido, o traço mais específico favorece mais o uso do artigo.

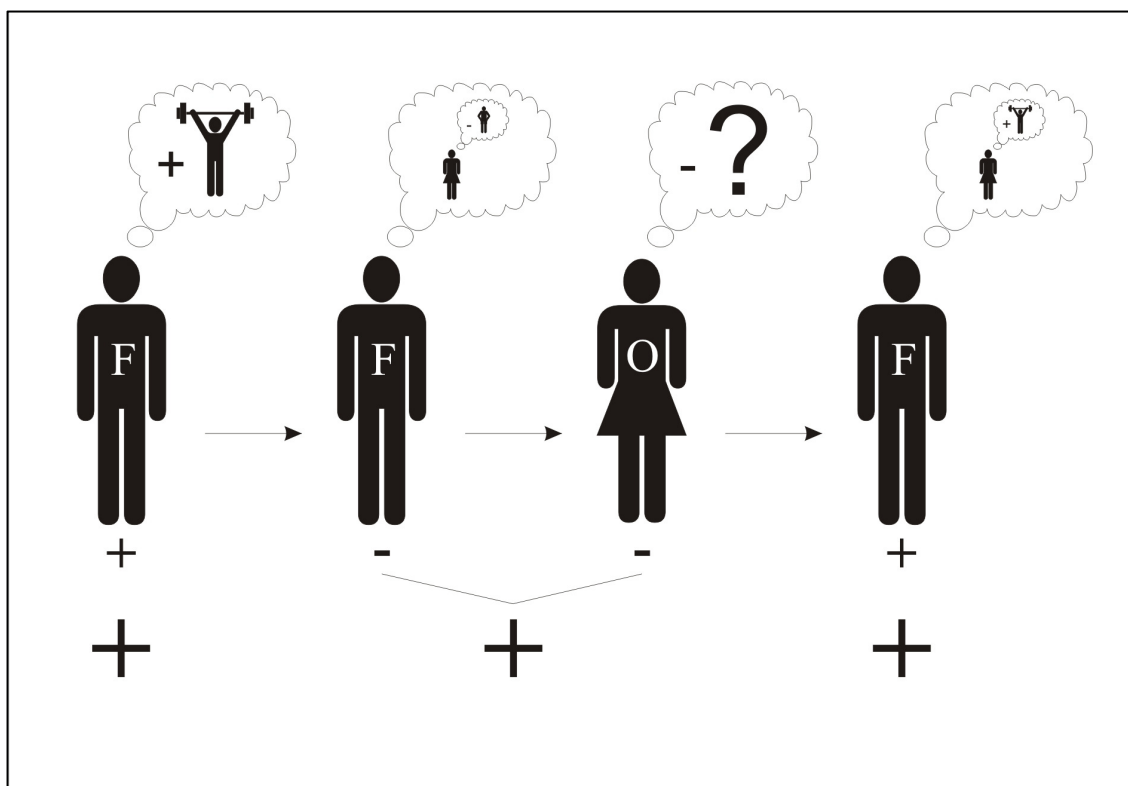


FIGURA 4 - Modelo cognitivo que ilustra o *princípio da especificidade* em relação ao uso do artigo definido

<sup>28</sup> Independente no sentido de que o sentimento de especificidade que o falante tem é que é o mais importante nesse processo. Naturalmente, a perspectiva do ouvinte também é levada em consideração pelo falante.

Destarte, na FIG. 4, nós observamos que o referente, que é mais definido (+) para o falante (F), no nível de sua realização cognitiva, representado pelo primeiro ícone à esquerda, só o será para o seu ouvinte (O) à medida que F (-), supondo que O (-) não tenha em mente, de forma clara, o referente mencionado, utilizará mais artigo (+) no intuito de tornar o referente mais definido ou específico nos esquemas cognitivos do ouvinte (O). O que está em jogo não é o que de fato o ouvinte tem em mente (O/?), mas o que o falante (-F/-O) julga sobre isso.

Com isso, não estamos querendo invalidar a hipótese de Silva (1996a). O leitor atento perceberá que, na verdade, trata-se apenas de uma releitura, ou melhor dizendo, uma forma diferente de entender o mesmo processo. O que há de diferente é o ponto de vista do pesquisador. Essa nova perspectiva, vale destacar, não é gratuita: ela se alinha a um conjunto de novos fatores que foram controlados, neste estudo, no sentido de refinar o entendimento maior da questão da *definitude*, tantas vezes sinalizada por Silva (1982, 1996a) e outros, e que, de fato, parece fundamentar grande parte da nossa compreensão acerca da variação no uso ou não do artigo definido em português.

A esse respeito, vale destacar que, embora o grupo *dinâmica da definitude* não tenha sido selecionado, bem como nenhum dos outros diretamente relacionados à questão da especificidade em maior ou menor grau segundo a nossa hipótese (*especificidade do possuído*, *status informacional* e *número do núcleo do sintagma*), ainda assim advogamos em favor da relevância deste grupo, que foi um dos últimos eliminados. A princípio, cogitamos que se tratava de um caso de eventuais sobreposições ou má distribuição dos dados, mas repetidas tabulações cruzadas não revelaram nada a este respeito.

O único grupo relacionado ao *princípio da especificidade* que havíamos depositado grande expectativa de ser selecionado e, de fato, o foi, foi o grupo *natureza do possuído*. Em consonância com os resultados encontrados por Callou e Silva (1997), grosso modo, conforme se pode observar na TAB. 19, constata-se que, em relação à *natureza do possuído*, as designações do que foi classificado como *não-humano*, o que inclui objetos inerentes e partes do corpo, isto é, entidades que são ou podem ser efetivamente possuídas, favorecem consideravelmente o uso do artigo definido diante de possessivos em detrimento de quaisquer tipos de relações humanas. Segundo as autoras, vale reiterar, isso estaria relacionado à própria questão do grau de inerência da posse, já que, na prática, parentes e demais relacionamentos humanos não são nem sequer possuídos. Os resultados deste grupo são sintetizados na TAB. 20:

TABELA 19  
Aplicação de uso do artigo diante de possessivos quanto ao tipo de possuído

Natureza do possuído	Frequência		Peso relativo
Parentes	58/132	44%	0,24
Relações	38/58	66%	0,40
Abstrações únicas	112/154	73%	0,48
Objetos não-inerentes	31/50	62%	0,49
Abstrações não-únicas	216/288	75%	0,55
Partes do corpo	19/22	86%	0,76
Objetos inerentes	76/88	86%	0,78

Fonte: CALLOU; SILVA, 1997, p. 20.

TABELA 20  
Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES),  
de acordo com a natureza do possuído

Natureza do possuído	Frequência		Peso relativo
Parente	155/644	24%	0,40
Não-parente (demais relações humanas)	33/83	40%	0,51
Partes do corpo	09/23	39%	0,63
Abstrações não-únicas	40/88	45%	0,66
Objetos não-inerentes	28/57	49%	0,68
Abstrações únicas	29/59	49%	0,69
Objetos inerentes	37/62	58%	0,79
<b>TOTAL</b>	<b>331/1016</b>	<b>33%</b>	

Fonte: PORTVIX, 2002.

Além das três variáveis supracitadas, o programa selecionou duas sociais: *nível de escolaridade* e *gênero*. Embora as diferenças entre as frequências percentuais e os pesos relativos não sejam drásticas, verifica-se na TAB. 21 que os falantes de nível médio lideram o uso do artigo, assim como constatado em Silva (1982, 1996b), na TAB. 22.



TABELA 21  
Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES),  
de acordo com o nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Frequência		Peso relativo
Ensino Fundamental	140/507	28%	0,48
Ensino Médio	98/256	38%	0,59
Ensino Universitário	93/253	37%	0,43
<b>TOTAL</b>	<b>331/1016</b>	<b>33%</b>	

Fonte: PORTVIX, 2002.

TABELA 22  
Atuação da escolarização no uso do artigo diante de possessivos

Escolarização <sup>29</sup>	Frequência		Peso relativo
Primário	512/1404	36%	0,46
Ginásio	441/1205	37%	0,48
2º grau	328/663	49%	0,56

Fonte: SILVA, 1996b, p. 268.

Assim como Silva (1996b), ainda testamos a relação entre as variáveis *nível de escolaridade* e *gênero* sem que houvesse resultados diferentes entre homens e mulheres: os dois grupos apresentam o mesmo comportamento em cada nível, conforme se pode observar na TAB. 23:

TABELA 23  
Atuação do nível de escolaridade sobre o gênero no uso do artigo definido diante de possessivos,  
na cidade de Vitória (ES)

Gênero do falante	Nível de Escolaridade		
	Fundamental	Médio	Universitário
Homens	25% (47/189)	39% (32/82)	37% (44/120)
Mulheres	29% (93/318)	38% (66/174)	37% (49/133)

Fonte: PORTVIX, 2002.

<sup>29</sup> O *Primário* e o *Ginásio* correspondem, hoje, ao Ensino Fundamental, e o *2º grau* ao Ensino Médio. A autora não considerou falantes com ensino superior naquele trabalho.

Em relação ao gênero, temos um resultado também convergente com a pesquisa de Silva (1996b) em termos de frequência de uso. Como se pode observa na TAB. 24, embora tenha sido selecionado nesta pesquisa, o gênero, por si só, não atou de modo expressivo, assim como ilustra a TAB. 25 com os resultados do Rio de Janeiro (RJ).

TABELA 24  
Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES),  
de acordo com o gênero do falante

Gênero do falante	Frequência		Peso relativo
Homens	123/391	31%	0,44
Mulheres	208/625	33%	0,53
<b>TOTAL</b>	<b>331/1016</b>	<b>33%</b>	

Fonte: PORTVIX, 2002.

TABELA 25  
Atuação do sexo no uso do artigo diante de possessivos

Gênero do falante	Frequência		Peso relativo
Homens	462/1324	35%	0,48
Mulheres	779/1939	40%	0,52
<b>TOTAL</b>	<b>1241/3263</b>	<b>38%</b>	

Fonte: Silva, 1996b, p. 271 (adaptado).

Neste caso, o princípio *change from below* de LABOV (1990), ao contrário do constato no contexto dos antropônimos, seria pertinente: as mulheres estão utilizando mais a forma inovadora. E, caso estivéssemos lidando com um caso de mudança em progresso, estariam liderando o processo de aquisição. Contudo, é preciso salientar que, com estes dados, ainda não é possível levar a efeito estas suposições, sobretudo porque a taxa percentual de uso não chega a 50% em nenhuma das faixas etárias.

### 6.2.2 Rodada sem preposições

A variável *ausência/presença e tipo de preposição* apresentou resultados tão contundentes e quase invariáveis em alguns fatores, que, a exemplo de outros trabalhos, nos sentimos coagidos a fazer uma rodada retirando os dados com preposição. Num conjunto total de 805 ocorrências e um percentual global de uso em torno de 22%, o Programa manteve os grupos *tipo de possessivo e outras formas, natureza do possuído, nível de escolaridade* e acrescentou o grupo *traços supra-segmentais*, também selecionado no contexto dos antropônimos. Vale destacar que a análise estatística retirou dos dados apenas o grupo *gênero*.

Na TAB. 26, como se pode verificar em comparação à TAB. 18, a influência do *tipo de possessivo e outras formas* na realização do artigo mantém o mesmo padrão, com leve oscilação entre os pesos relativos.

TABELA 26  
Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES),  
de acordo com o tipo de pronome possessivo e outras formas – rodada sem preposições

Possessivo e outras formas	Frequência		Peso relativo
3ª pessoa do singular - seu(s)/sua(s)	01/10	10%	0,13
Reduplicado – mamãe/papai	03/52	06%	0,30
2ª pessoa do singular - seu(s)/sua(s)	14/58	24%	0,44
1ª pessoa do singular - meu(s)/minha(s)	132/638	21%	0,50
1ª pessoa do plural - nosso(s)/nossa(s)	10/19	53%	0,68
3ª pessoa do plural - seu(s)/sua(s)	01/02	50%	0,69
Dele(s)/dela(s)	19/26	73%	0,90
<b>TOTAL</b>	<b>180/805</b>	<b>22%</b>	

Fonte: PORTVIX, 2002.

Paralelamente, a variável *natureza do possuído*, conforme disposto na TAB. 27, também não sofreu grandes alterações se comparada à TAB. 20. Destarte, o padrão do grau de inerência da posse permanece.

TABELA 27  
 Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES),  
 de acordo com a natureza do possuído – rodada sem preposições

Natureza do possuído	Frequência		Peso relativo
Parente	75/527	14%	0,39
Não-parente (demais relações humanas)	17/58	29%	0,56
Partes do corpo	05/16	31%	0,66
Abstrações não-únicas	25/67	37%	0,70
Objetos não-inerentes	20/49	41%	0,67
Abstrações únicas	19/46	41%	0,73
Objetos inerentes	19/44	43%	0,78
<b>TOTAL</b>	<b>180/805</b>	<b>22%</b>	

Fonte: PORTVIX, 2002.

No que diz respeito à variável nível de escolaridade, como podemos visualizar na TAB. 28, confirma-se, em comparação à TAB. 21, que o uso do artigo diante de possessivos é favorecido pelos falantes do Ensino Médio.

TABELA 28  
 Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória (ES),  
 de acordo com o nível de escolaridade – rodada sem preposições

Nível de escolaridade	Frequência		Peso relativo
Ensino Fundamental	65/402	16%	0,45
Ensino Médio	66/215	31%	0,61
Ensino Universitário	49/188	26%	0,45
<b>TOTAL</b>	<b>180/805</b>	<b>22%</b>	

Fonte: PORTVIX, 2002.

Sobre o efeito da escolarização no uso artigo diante de possessivos é preciso abrir um parêntese. Estudos anteriores (SILVA, 1982, 1996b; NAZÁRIO, 2007), conforme já sugerido, destacam que existe uma relação significativa entre o nível de escolaridade e o uso de artigo diante de possessivos: quanto maior a instrução escolar, maior o uso de artigo. Embora seja fato que também na comunidade capixaba esta variável tenha se mostrado significativa, tendo sido selecionada nas duas rodadas (com e sem preposições), é interessante notar que o papel

desempenhado por ela neste estudo apresenta maiores restrições, sobretudo porque no nível mais alto de escolarização, ao contrário das outras pesquisas, há uma retenção deste uso.

Destarte, a despeito da influência dos anos de escolarização sobre o uso do artigo definido, a comunidade capixaba mantém a sua marca: favorecimento da ausência de artigo definido. Uma marca identitária, ainda que inconsciente. Ao contrário das referidas pesquisas, em que há o aumento gradativo de uso, em Vitória (ES), os falantes retém esse avanço. Inicialmente, chegamos a cogitar que esse resultado diferenciado fosse em função dos níveis de escolaridade em cada pesquisa, já que nos trabalhos de Silva (1996b) e Nazário (2007) não foram levados em conta falantes de nível superior. Isso porque no trabalho de Callou e Silva (1997), em que foram considerados apenas falantes de nível universitário, esse percentual de uso foi alto. Contudo, após fazer uma rodada apenas com os dados dos falantes de nível universitário, a tendência à não utilização do artigo foi ratificada com um percentual de uso em torno de 32%.

Por fim, a última variável selecionada pelo programa na rodada sem os dados com as preposições, foi *traços supra-segmentais*, cujos resultados endossam nossa hipótese em torno do forte paralelismo que parece atuar nos contextos dos antropônimos e dos possessivos. Conforme se pode constatar na TAB. 29 em comparação à TAB. 15, também no contexto dos possessivos, os segmentos fonológicos ininterruptos favorecem mais o uso do artigo, especialmente os alongamentos, o que corrobora, mais uma vez, a importância do ambiente prosódico.

TABELA 29  
Uso do artigo definido diante de possessivos na cidade de Vitória/ES,  
de acordo com os traços supra-segmentais – rodada sem preposições

Contexto fonético-fonológico	Frequência		Peso relativo
Pausa silenciosa	36/227	16%	0,42
Pausa preenchida	10/53	19%	0,45
Sequência contínua	121/487	25%	0,52
Alongamento	11/32	34%	0,71
Entoação enfática	02/06	33%	0,73
<b>TOTAL</b>	<b>180/805</b>	<b>22%</b>	

Fonte: PORTVIX, 2002.

Embora Silva (1982) não tenha discriminado vários fatores nesta variável – como fizemos –, em termos gerais, podemos observar que a pausa realmente é um fator importante para a inibição do artigo, conforme ilustra a TAB. 30:

TABELA 30  
Realização do artigo no corpus oral quanto à variável *ambiente fonológico precedente* (pronomes meus)

<b>Ambiente fonológico</b>	<b>Frequência</b>		<b>Peso relativo</b>
Pausa	114/567	20%	0,38
Não-pausa	556/999	56%	0,62

Fonte: SILVA, 1982, p. 307 (adaptada).

Em suma, estes resultados se alinham parcialmente às outras pesquisas brasileiras realizadas sobre o tema, em termos de alguns fatores que condicionam a variação, mas difere significativamente quanto ao percentual de uso: em Vitória (ES), os falantes usam pouco artigo definido. Essa característica, vale reiterar, corrobora a hipótese acerca do aspecto conservador que a capital capixaba parece demonstrar e se configura como uma marca local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se, ao final deste estudo, que tenha ficado clara a complexidade que envolve a variação morfossintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e pronomes possessivos. A grande quantidade de grupos de fatores analisados é reflexo disso. Trata-se de um fenômeno não estigmatizado socialmente, mas estratificado linguística e socialmente.

Os resultados encontrados, conforme exposto no capítulo 6, corroboram todas as hipóteses previamente levantadas: a tendência à ausência do artigo definido diante de antropônimos e possessivos pode se configurar com um traço de identidade linguística do capixaba; os casos em que os artigos são precedidos por preposições com as quais podem se contrair não são categóricos diante de antropônimos; e o percentual de uso do artigo na cidade de Vitória (ES) é bem menor do que o de outras capitais brasileiras de colonização posterior, como Porto Alegre, o que denota um aspecto linguístico conservador à capital capixaba.

A questão do movimento identitário que parece subsidiar a língua falada em Vitória (ES) é uma hipótese instigante e merece maior atenção em pesquisas ulteriores, assim como o entendimento acerca do processo de mudança linguística que, possivelmente, poderia estar ocorrendo. De qualquer modo, vale destacar que, independente da linha em que esteja a variação morfossintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos e possessivos na capital capixaba – mudança em progresso ou gradação etária – acreditamos que subjacente a este processo existe um movimento identitário relevante.

Por ora, nossa conclusão é que cada contexto manifesta um comportamento diferenciado e similar ao mesmo tempo: enquanto no contexto dos possessivos observamos um caso de retenção, considerando que a história do português nos mostra que a tendência nos últimos séculos foi o aumento gradativo de uso do artigo e Vitória (ES) não acompanhou esse padrão nacional, revelando uma baixa frequência de uso, no contexto dos antropônimos, apesar de haver uma taxa percentual de uso um pouco maior, visualizamos um quadro de gradação etária. Assim, em ambos os contextos, temos a marca identitária inconsciente: a tendência à ausência de artigo definido diante de antropônimos e possessivos.

Embora tenhamos assumido, no capítulo anterior, a possibilidade de estar ocorrendo um processo de mudança linguística em progresso no caso dos antropônimos, dadas as evidências fornecidas pelos grupos *faixa etária* e *gênero*, advogamos que a baixa frequência de artigo neste contexto reflete um quadro de variação estável que tem se repetido há gerações, o que corrobora a nossa hipótese acerca do movimento identitário que parece orientar o comportamento linguístico dos capixabas. Contudo, é preciso reafirmar que estas suposições só poderão ser levadas a efeito em pesquisas ulteriores.

Comparando os resultados em ambos os contextos, antropônimos e possessivos, percebemos que há, de fato, certo paralelismo atuando neste caso de variação. Embora tenha sido mais expressivo no contexto dos antropônimos, o gênero, por exemplo, também foi significativo junto aos possessivos. A prosódia, conforme sinalizado em outros estudos (SILVA, 1982, 1996A; CALLOU; SILVA, 1997) também foi um fator relevante em ambos os contextos, refletindo um comportamento análogo.

A esse respeito, comungamos da hipótese de Callou e Silva (1997) para quem a distribuição regional – evidenciada no início do capítulo 6 – apoiar-se-ia na diferença rítmica entre as falas do norte/nordeste e sul/sudeste do país, já que parece haver uma aproximação de comportamento conforme a região. E aqui, mais uma vez, podemos corroborar a nossa hipótese de que a variação morfossintática do artigo, na capital capixaba, pode se configurar como um traço de identidade linguística, afinal, conforme defendem as autoras, “[...] em alguns contextos, o uso do artigo, *per se*, é suficiente para determinar a região de origem do falante” (CALLOU; SILVA, 1997, p. 28).

A despeito desse paralelismo, temos de fazer referência às incongruências. Em primeiro lugar, a atuação dos outros fatores sociais: faixa etária e nível de escolaridade. No contexto dos antropônimos, a faixa etária foi significativamente atuante, mas a escolarização não. Por outro lado, no contexto dos possessivos, o nível de escolaridade foi relevante, mas a idade não. Essas observações evidenciam, conforme já mencionado, que a variação morfossintática do artigo definido na capital capixaba parece seguir linhas diferentes no contexto de antropônimos e possessivos.

Em relação aos estudos retrospectivos, algumas questões devem ser pontuadas. Primeiro, no contexto dos antropônimos, a seleção da variável *gênero do antropônimo*, inédita nos



trabalhos sobre o tema inventariadas até o momento. Por outro lado, ainda neste contexto, foi surpreendente a não seleção de variáveis clássicas: *preposição*, *natureza do possuído/familiaridade e intimidade*.

No contexto dos possessivos, algumas variáveis clássicas, como *número* (singular/plural) e *especificidade*, não só não foram selecionadas como também apresentaram percentuais de aplicação diretamente inversos aos encontrados, por exemplo, em Silva (1982, 1996a). Essas discrepâncias, ao que parece, seriam justificadas pelas características peculiares que a comunidade em análise demonstra, conforme já sinalizado.

Neste aspecto, é preciso reconhecer uma limitação deste estudo. As comparações estabelecidas com os estudos retrospectivos não puderam ser criteriosas. Além de certa irregularidade na distribuição de alguns dados e a diferença substancial entre os *corpora* utilizados, bem como as diferentes versões do programa computacional que serviu para as análises, não foi possível checar com propriedade a metodologia, as estratégias e o tratamento dos dados aplicados nas pesquisas referidas, o que inviabiliza uma comparação categórica. No trabalho de Callou e Silva (1997), por exemplo, só há menção quanto aos grupos selecionados, nada sabemos sobre os demais que fizeram parte de suas análises e que contribuíram para aqueles resultados finais. Essas considerações são importantes porque, de acordo com Naro e Scherre (2008, p. 174), a comparação entre pesquisas diferentes requer cautela acentuada, fazendo-se necessário que se observe se as duas estão tratando de dados da mesma natureza, se estão considerando as mesmas variáveis ou se introduziram variáveis novas e se estão utilizando os mesmos critérios de análise.

Nesse sentido, mesmo acreditando que os resultados encontrados sejam relevantes, as reflexões acerca dos mesmos foram mais ponderadas neste momento e poderão ser revistas em pesquisas ulteriores, o que não invalida o mérito e a contribuição deste estudo.

Por fim, é preciso salientar que a experiência concreta de se fazer pesquisa variacionista nos moldes labovianos, experimentando o sabor do contato direto com a fonte da pesquisa ou, melhor dizendo, a oportunidade de obter dados reais de fala a partir do prazeroso diálogo com os generosos informantes que compuseram este trabalho, constitui-se o ganho maior. No mais, os resultados linguísticos encontrados reafirmam o desejo de prosseguir na pesquisa e instigam a vontade cada vez maior de entender a variação morfossintática do artigo definido no português brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paula Mendes. **Um estudo sociolinguístico da variação sintática ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos jovens de Barra Longa/MG que residem em Belo Horizonte**. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. **A ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos em três localidades de Minas Gerais: Campanha, Minas Novas e Paracatu**. 2003. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. São Paulo: Cultrix, 1972.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Artigo e crase**. São Paulo: Ática, 1989.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CALLOU, Dinah. **A variação no português do Brasil: o uso do artigo definido diante de antropônimos**. Faculdade de Letras da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. (Série Conferências).

CALLOU, Dinah *et al.* Dinâmica do específico e do genérico: artigo definido e construções existenciais. **Veredas: Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora: Editora UFJF, v. 4, n. 2, p. 81-88, jul./dez. 2000.

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle M. Oliveira e. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Dermeval da (Org.). **Diversidade Linguística no Brasil**. João Pessoa: Idéia, 1997.

CALMON, Elba Nusa. **Ponte da passagem: você e cê transitando na fala de Vitória (ES)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Departamento de Línguas e Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística: Parte II. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística: domínio e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2008. v. 1.

CÂMARA JÚNIOR, João Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CARVALHO, José Augusto. Análises equivocadas de problemas da Língua Portuguesa. In: LINS, Maria Aparecida Pereira; SILVA, Alacir de Araújo. **Recortes Linguísticos**. Vitória: Saberes Instituto de Ensino, 2000.

CEZÁRIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHESHIRE, Jenny. Sex and Gender in Variationist Research. In: **The Handbook of Language Variation and Change**. Cambridge: Blackwell, 2003.

CINTRA, Luís F. Lindley; CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

COELHO, José Vieira. **Funções do Artigo**. Vitória: [s.n.], 1949.

COSTA, Iraneide. O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e possessivo do século XIII ao século XVI. In: SILVA, R. V. M. e; MACHADO FILHO, A. V. L. (Org.). **O português quinhentista: estudos lingüísticos**. Salvador: EDUFBA/UEFS, 2002.

DIAS, Augusto Epiphany da Silva. **Syntaxe Histórica Portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1970.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. **Classes e categorias em português**. Fortaleza: EUFC, 2000.

DUBOIS, Jean. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 2001.

GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

INFANTE, Ulisses. **Curso de gramática aplicada aos textos**. São Paulo: Scipione, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2000/2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

KATO, Mary Aizawa. **A semântica gerativa e o artigo definido**. São Paulo: Ática, 1974.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. **Principles of linguistic change: internal factors**. Cambridge: Blackwell, 1994.

\_\_\_\_\_. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. In: **Language Variation and Change**. USA: Cambridge University, 1990, p. 205-254.

LAPA, Manuel Rodrigues. **Estilística da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LIMA, Maria Auxiliadora Ferreira. O artigo sob uma perspectiva filosófica, gramatical e lingüística. In: LIMA, M. A. Ferreira; FROTA, Wander Nunes (Org.). **Phoros: Estudos Lingüísticos e Literários**. Rio de Janeiro: Caetés, 2006. v. 1.

LOPES, Ruth Elizabeth; MIOTO, Carlos; SILVA, Maria Cristina Figueiredo. **Novo manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 2004.

MACAMBIRA, José Rebouças. **Estrutura morfo-sintática do português**. São Paulo: Pioneira, 1987.

MENDES, Soélis Teixeira do Prado. **A ausência de artigo definido antes de nomes próprios no português mineiro de Barra Longa: um caso de retenção?** 2000. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: FALE/UFMG.

MENDES, Andréia Almeida. **A ausência ou a presença de artigo definido diante de nomes próprios na fala dos moradores da zona rural de Abre Campo e Matipó – M.G.** 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MOISÉS, Juliana de Assis. **O “lugar” do artigo no discurso: considerações sobre o uso do artigo no português culto falado em Belo Horizonte**. 1995. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: BRAGA, Maria Luiza; MOLLICA, Maria Cecília (Org.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2008.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: BRAGA, Maria Luiza; MOLLICA, Maria Cecília (Org.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2008.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: BRAGA, Maria Luiza; MOLLICA, Maria Cecília (Org.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

NAZÁRIO, Maria de Lurdes. **Uso variável do artigo definido diante de pronome possessivo na variedade linguística da comunidade de fala dos Almeidas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

OLIVEIRA, Adilson de. A indústria do Petróleo e o caso do Espírito Santo. In: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória, ES: GSA, 2010.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

PAIVA, Maria da Conceição de. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: BRAGA, Maria Luiza; MOLLICA, Maria Cecília (Org.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2008.

PONTES, Eunice. **O tópic no português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

SAID ALI, Manuel. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SANKOFF, David; SMITH, Eric; TAGLIAMONTE, Sali. **Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows**. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005.

SCARPA, Ester M. **Estudos de prosódia**. São Paulo: UNICAMP, 1999.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Pressupostos teóricos e suporte quantitativo. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996a.

\_\_\_\_\_. Emprego do artigo diante de possessivo e de patronímico: resultados sociais. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996b.

\_\_\_\_\_. **Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro**. 1982. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **O português arcaico: morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA NETO, Serafim da. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.  
TARALLO, Fernando. **Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1990.

VESCOVI, Ana Paula Vitali Janes; BONELLI, Regis. Introdução. In: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória, ES: GSA, 2010.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

YACOVENCO, Lilian Coutinho. O “Projeto falado na cidade de Vitória”: coleta de dados. In: YACOVENCO, Lilian Coutinho; LINS, Maria da Penha Pereira (Org.). **Caminhos em lingüística**. Vitória: NUPLES, 2002.